

# Educação é um Direito:

A experiência do  
projeto Territórios  
em Rede na Serra

**Serra**

Espírito Santo

Territórios  
em Rede



# Educação é um Direito:

A experiência do  
projeto Territórios em  
Rede na Serra

**Serra**  
Espírito Santo  
2023

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:



# Ficha Técnica

## FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva

**Presidente do Conselho de Curadores**

Flavia Constant

**Diretora Presidente**

Pâmella De-Cnop

**Diretora Executiva**

Fernanda Fingerl

**Gerente de Metodologias Sociais**

Marcus Finco

**Gerente Norte**

Maykell Costa

**Gerente Sul/Sudeste**

Andreia Prestes

**Analista Especialista de Metodologias**

Marluce Braz

**Analista de Metodologias**

Juliana Barreto

**Analista Norte/Nordeste**

Maria Alice Santos

**Analista Sul/Sudeste**

Fabio Macedo

**Comunicação Fundação Vale**

## CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa

**Diretora Executiva**

Paula Patrone

**Coordenadora Institucional**

Raiana Ribeiro

**Coordenadora de Programas**

Eliana Sousa Silva

**Consultora Metodológica**

Julia Ventura

**Gestora Estratégica**

Gisele Martins

**Gestora Estratégica de Campo**

Dalcio Marinho

**Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento**

Felipe Tau

**Gestor Executivo**

Bianca Cambiaghi

**Gestora de Monitoramento e Avaliação**

Filipe Mendonça

**Gestor de Monitoramento e Avaliação**

Daniele Moura

**Gestora de Comunicação**

Elza Aleixo

**Gestora de Campo**

Ana Karla Galindo

**Gestora de Polo**

Sabrina Bairros

**Analista de Comunicação**

Marco Faganello

**Analista de Monitoramento e Avaliação**

Fernando Nascimento

**Assistente Monitoramento e Avaliação**

Ana Paula Santana

**Assistente de Projeto**

## **Equipe Territórios em Rede**

### **Serra**

Thalita Borges

**Gestora Local**

Elisa Soares

**Supervisora Local**

Daniela de Souza Lopes

Elisa Machado

Galdene Santos

Karina Rocha

Patrícia Lemos

Renata Santos de Jesus

Rodrigo Vitorino

Sabrina Menezes

Sandra Alves de Souza

Tânia Molaes

Thiara Dumas

Wesley Zinek

**Articuladores**

## **Evidências e Sistematização**

Miriam Krenzinger

**Consultora**

Natália Guindani

**Coordenação**

Bruna Musumeci

**Pesquisadora**

Luiza Santos

**Pesquisadora**

Fernando Mendes

**Assistente de pesquisa**

Julia Dietrich

**Edição**

Gláucia Cavalcante

Gustavo Abumrad

**Projeto Gráfico**

Gustavo Abumrad

**Diagramação**

Você conhece alguma  
criança fora da escola

99727-5145

APRE



# Apresentação

Criada há 53 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale S.A. atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, a fundação soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de educação, saúde e assistência social.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais de saúde, de educação e de assistência social, empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do direito à educação de qualidade para todos.



A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede na Serra, apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu depoimentos e registros documentais. Nosso objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de co-criação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade marabaense.

Os registros consolidados neste documento visam servir como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o direito à educação de todas as crianças e adolescentes. É de suma importância reunir as informações produzidas ao longo da execução do projeto, organizando a memória da intervenção e sistematizando as principais lições aprendidas. Nossa intenção é compartilhar esses dados e análises com outros municípios, a fim de fortalecer o planejamento e a implementação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate à exclusão escolar em novos contextos e que enfrentem desafios semelhantes, visto que esse fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcenda fronteiras e promova o direito à educação como uma pauta pública contínua, defendendo os direitos das crianças, adolescentes e jovens em todos os municípios brasileiros.

# Sumário

- 9** Apresentação
- 13** Introdução
  - 13** O projeto Territórios em Rede
  - 18** O município da Serra (ES)
- 25** A implementação do Territórios em Rede na Serra
  - 25** Pressupostos éticos e conceituais
  - 29** Passos estruturantes
- 69** Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar na Serra
- 81** Cenários da exclusão escolar
- 99** Formação dos agentes da rede de proteção social
- 103** Incidência política do Territórios em Rede em Serra
- 109** Resultados e impactos
- 113** Considerações e aprendizagens
  - 114** Quanto ao fluxo e monitoramentos das informações
  - 114** Quanto ao acesso à escola
  - 116** Quanto ao trabalho das escolas
  - 117** Quanto à intersetorialidade e colaboração



# Introdução

## O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, implementou em 2020, no período da pandemia de Covid-19, o projeto Territórios em Rede com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar.

Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir com a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino de territórios no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

A iniciativa destaca a importância da efetivação do direito à educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988 como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

Sob essa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à educação requer implementar ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e reprodução das desigualdades sociais

- Dados indicam que a pandemia de Covid-19 agravou o risco de desvinculação escolar, afetando principalmente crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na educação.
- Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de 5,5 milhões de jovens desvinculados, sendo mais de 40% crianças de 6 a 10 anos, faixa etária cujo acesso à educação estava praticamente universalizado antes da pandemia.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo UNICEF a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

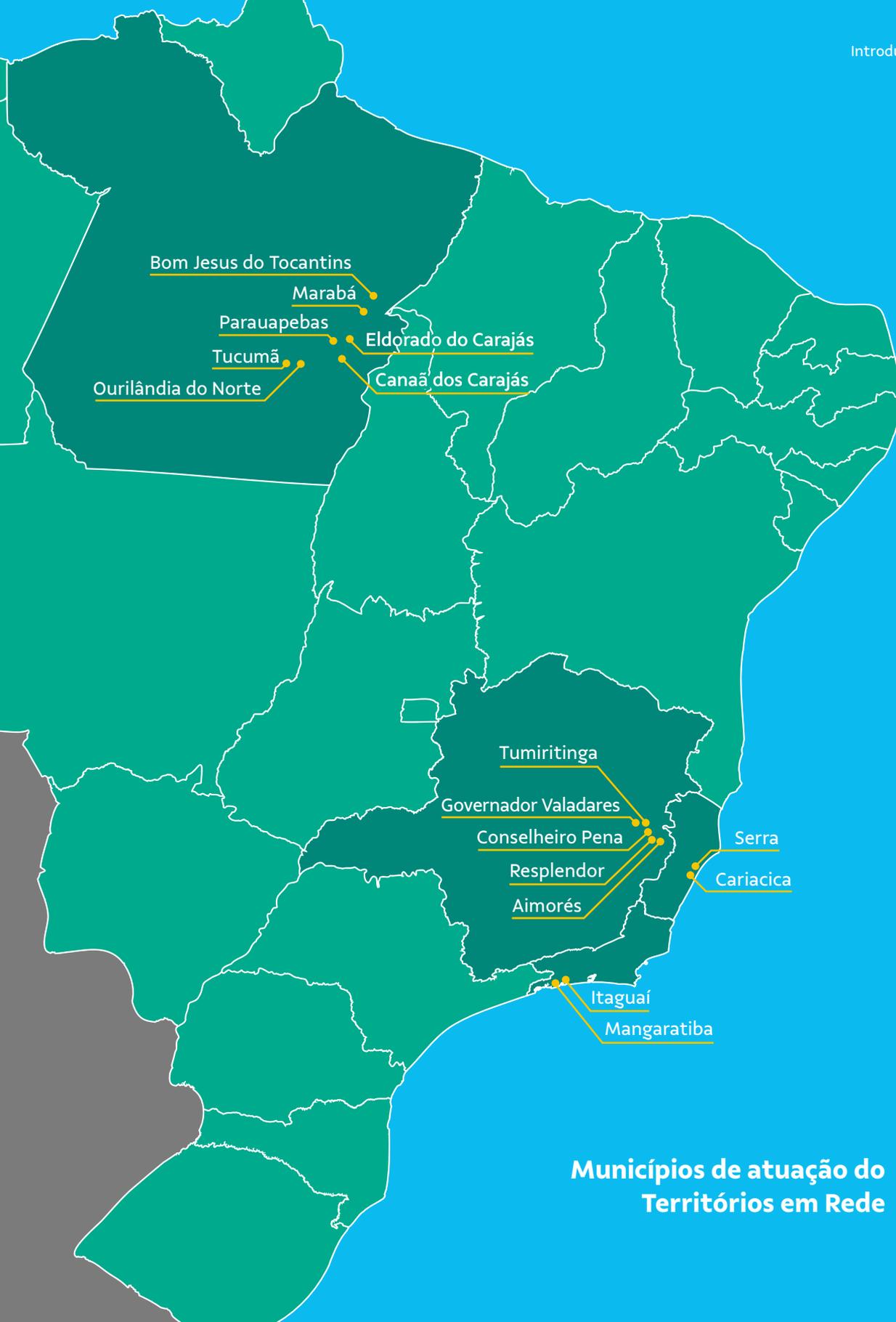
e diversas formas de violência que afetam principalmente a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Dessa forma, garantir uma educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intimamente relacionado ao caráter inclusivo da escola e à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Desafio este que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando principalmente as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

O Territórios em Rede começou suas atividades em julho de 2020 nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), polos que foram referências para a expansão da iniciativa para outras 14 cidades do país ao longo dos anos subsequentes. Atualmente, o projeto é realizado em quatro estados, nas regiões norte e sudeste, com atuação em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante três anos de atuação contínua, o projeto, baseado em diferentes tipos de atividades – como formações, apoio à gestão, levantamento de dados etc. –, conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Esse resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa, como estratégia eficaz para assegurar a educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando a estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas à prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.



**Municípios de atuação do  
Territórios em Rede**

Especialmente durante a pandemia de Covid-19, a Busca Ativa mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes da rede de proteção e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, demonstrando que além de promover aprendizagens e o desenvolvimento integral dos estudantes, a escola pública brasileira é uma estrutura fundamental para o acesso das crianças e adolescentes aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar<sup>2</sup> ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados devido às insuficiências das redes públicas de educação;
- abandonaram ou evadiram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e a de seus familiares e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

---

**2** Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

Nessa ótica, para além do período da pandemia de Covid-19, a exclusão escolar deve ser reconhecida como um problema sistêmico, originado das profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que caracterizam o Brasil. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

## De olho na legislação

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, mas que seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que pelo menos 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. Além disso, o plano busca universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro e cinco anos, expandir a oferta de da modalidade em creches para atender pelo menos metade das crianças de até 3 anos no país e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de co-criar a metodologia a partir de suas necessidades.

## O município da Serra (ES)

Serra é um município costeiro situado na porção central do Espírito Santo e integra a Região Metropolitana da Grande Vitória. De acordo com o Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serra possui uma população de 520.653 habitantes, tornando-o o mais populoso do estado. Apesar de abranger uma extensão territorial de 547,631 quilômetros quadrados, a área urbanizada da cidade compreende apenas 93,69 quilômetros quadrados, o que representa um pouco mais de 17% da área total. A cidade desempenha um papel significativo no turismo local por abrigar o monte Mestre Álvaro, um imponente maciço de origem vulcânica que atrai muitos visitantes. Além disso, Serra é conhecida por sua contribuição à cultura popular capixaba, sendo considerada um dos berços do congo, um gênero musical celebrado em festas religiosas tradicionais, como as de São Benedito em dezembro e São Pedro em junho.

Historicamente, em sua origem, Serra foi habitada pelos indígenas da etnia tupiniquim. A colonização do local iniciou com a chegada do padre português Brás Lourenço, representando a ordem religiosa dos Jesuítas<sup>3</sup>, e Maracajaguaçu, uma liderança do povo Temiminó que antes vivia na região da futura Ilha do Governador<sup>4</sup>, no Rio de Janeiro. Em 8 de dezembro de 1603, eles fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição nas proximidades do referido Mestre Álvaro, uma formação rochosa que se assemelha a uma serra, o que dá origem ao nome atual da cidade.

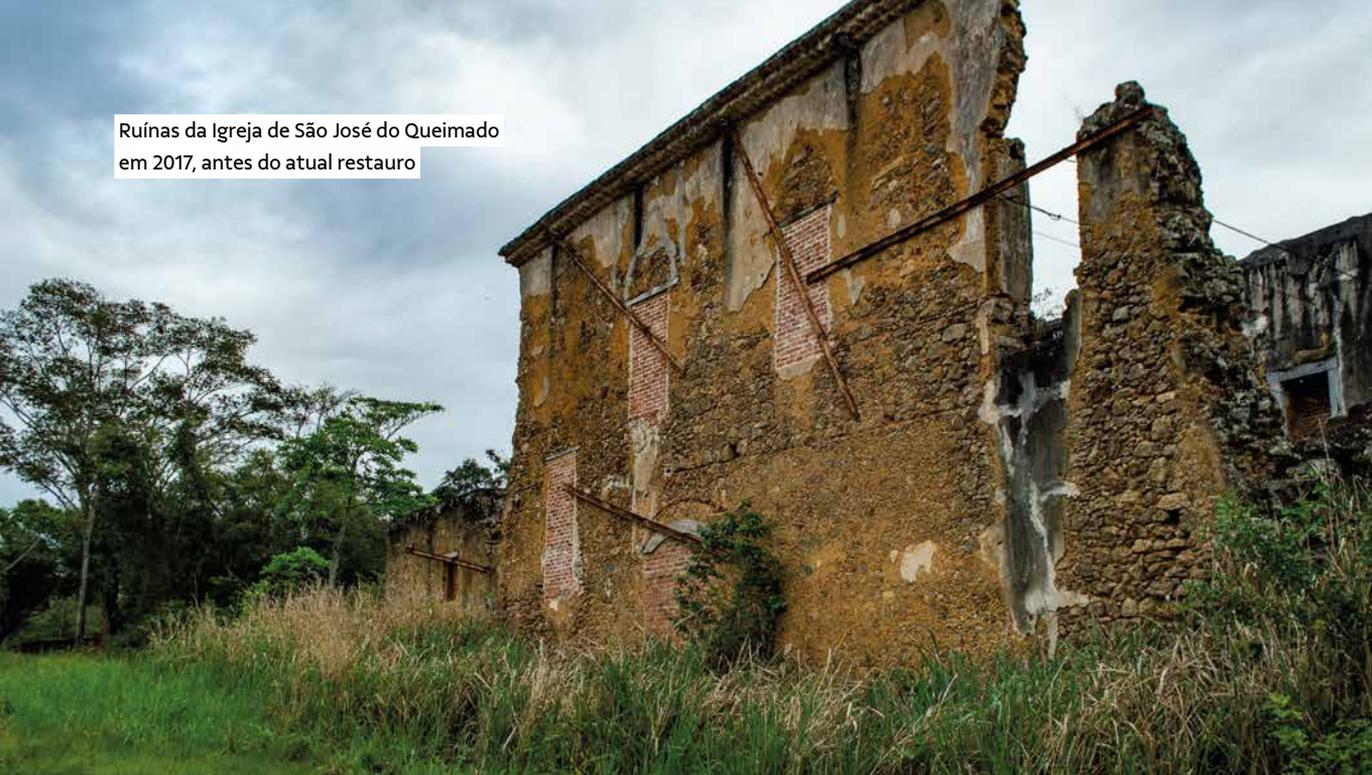
### • Saiba mais

- Para conhecer mais sobre
- a cidade, seus pontos de
- interesse e patrimônio
- histórico e socioambien-
- tal, conheça o caderno
- *Território e Educação*
- *Integral: Os Potenciais*
- *Educativos de Serra*, publi-
- cação da Fundação Vale e
- Cidade Escola Aprendiz para
- a Estação Conhecimento
- do município.
- Acesse em: [https://bit.ly/](https://bit.ly/potenciais-serra)
- [potenciais-serra](https://bit.ly/potenciais-serra).

<sup>3</sup> Mais informações em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/serra/historico>.

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123656>.

Ruínas da Igreja de São José do Queimado em 2017, antes do atual restauro



Fonte: Antonio Andrade.

A aldeia foi elevada à condição de freguesia em 1752 e, posteriormente, à de vila em 1822. O município da Serra foi finalmente instituído em 1833<sup>5</sup>. Ao longo do século, a cidade prosperou devido ao seu papel como entreposto comercial para a região norte do estado e à produção de açúcar e café. Um acontecimento de grande relevância em sua história foi a chamada Insurreição de Queimados<sup>6</sup>, que ocorreu em 1849 sendo considerada o movimento mais importante contra a escravidão no Espírito Santo e referência histórica para todo o país.

#### ● **A história de Queimados**

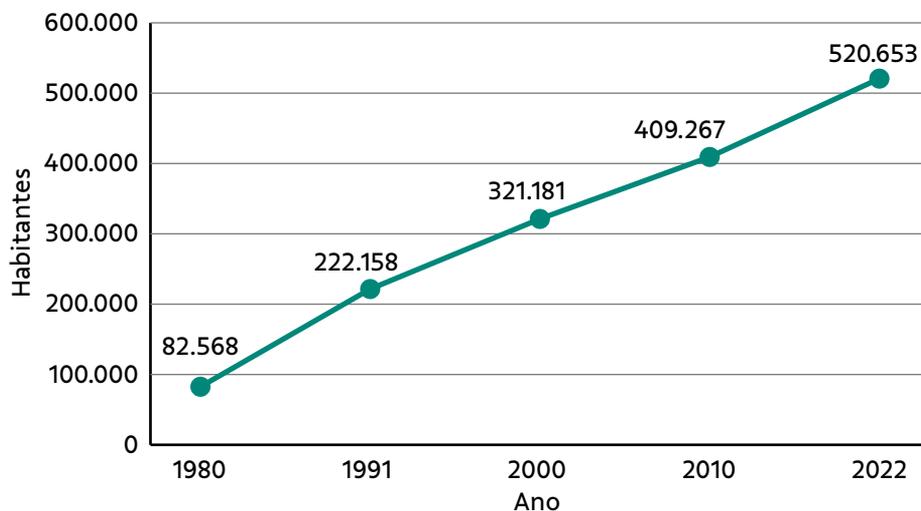
- Conta-se que o frei Gregório José Maria de Bene utilizou o trabalho
- de negros escravizados na cons-
- trução de uma igreja dedicada
- a São José, prometendo poste-
- riormente ajudá-los a conquistar
- a liberdade. A não realização
- dessa promessa resultou em
- uma revolta que foi brutalmente
- reprimida, e os corpos dos esca-
- vizados assassinados pela polícia
- e escravagistas foram atirados
- no local à época conhecido como
- Lagoa das Almas.

5 Fonte: <http://www.camaraserra.es.gov.br/pagina/ler/1010/historia-da-camara-municipal>.

6 Fonte: <https://www.palmares.gov.br/?p=9431>.

O município da Serra permaneceu dependente das atividades rurais até os anos de 1960<sup>7</sup>, quando a população era de pouco mais de 9 mil habitantes. Com o início dos investimentos na área industrial, contudo, houve uma mudança na composição da população urbana da região. Em 1963, teve início a construção do Porto de Tubarão e, em 1969, o Centro Industrial de Vitória, empreendimentos que contribuíram para um aumento significativo na população durante a década de 1970, totalizando mais de 17 mil habitantes na época. Posteriormente, em 1976, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) foi estabelecida, o que resultou em um aumento ainda maior na população, atingindo mais de 80 mil pessoas durante a década de 1980. Essa tendência de crescimento populacional continuou nas décadas seguintes, como é evidenciado ao comparar os dados demográficos dos anos 1980 com os números atuais, indicando um crescimento de aproximadamente 530%. É importante destacar que essa curva de crescimento se tornou mais suave na última década, com o IBGE revelando um aumento populacional de 27% entre os censos de 2010 e 2022.

Total de habitantes no município da Serra – 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

7 Fonte: <https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/mizael.pdf>.

No entanto, devido à grande oferta de mão de obra disponível, o setor industrial não conseguiu absorver completamente essa demanda, resultando na necessidade de muitos trabalhadores acabarem buscando emprego em atividades informais e nas periferias urbanas. Uma parte significativa dessa mão de obra foi direcionada para atender as necessidades da construção civil e de empresas de diversos setores. O grande número de trabalhadores disponíveis levou à desvalorização dos salários e à precarização das condições de trabalho, resultando em uma alta taxa de rotatividade.

O rápido crescimento populacional, juntamente com a expansão urbana desorganizada, acentuou as desigualdades sociais na região. A oferta limitada de emprego e renda, e as dificuldades de acesso a serviços e condições adequadas de sobrevivência na cidade levaram a problemas sociais de várias naturezas, desestruturando o cotidiano de uma grande parcela da população. Esses fatores, em conjunto, agravaram a segregação social e contribuíram para o surgimento de conflitos e vulnerabilidades sociais, bem como para um aumento significativo da violência urbana na localidade.

Entre 2018 e 2021, o rendimento médio dos trabalhadores formais da Serra variou de 2,4 a 2,5 salários mínimos, o menor patamar dos últimos anos, em queda desde 2012, apesar de pequenas oscilações. Já o índice de desenvolvimento humano municipal da Serra, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), embora tenha sido calculado há mais de uma década, em 2010, é de 0,739, considerada uma taxa mediana.

Em setembro de 2023, o município da Serra possuía 95.634 famílias inscritas no Cadastro Único, o que abrangia 219.754 pessoas. Entre as inscritas, 67.112 famílias tinham renda mensal per capita de, no máximo,  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, o que corresponde a 70,2% das famílias inscritas.

O corte de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo mensal por pessoa – atualmente R\$660,00 – define, de acordo com os parâmetros dos programas sociais do governo federal, a situação de baixa renda.

Neste grupo, com renda bem inferior, também estão as famílias e pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza – essas, se caracterizam por uma renda mensal per capita de, no máximo, R\$218,00 e R\$109,00, respectivamente. Na Serra, 47.470 famílias (49,6% das inscritas), reunindo 110.388 pessoas (50,2% das inscritas), estão em situação de pobreza ou extrema pobreza.

- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo,
- R\$218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não
- ultrapassar R\$109,00 por
- pessoa, a família é clas-
- sificada em situação de
- extrema pobreza.

Entre as famílias com renda mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita* (baixa renda, inclusive pobreza e extrema pobreza), 88,6% estão com o cadastro atualizado nos últimos dois anos, umas das condições para estar na cobertura dos programas sociais do governo federal.

Fonte: Fernando Madeira



No mês de setembro de 2023, o município da Serra teve 42.714 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, abrangendo 113.734 pessoas. Entre os beneficiários, havia 41.056 crianças de 4 a 17 anos com perfil de acompanhamento da condicionalidade de Educação – mínimo de 60% de frequência escolar para as crianças de 4 e 5 anos e de 75% para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. Na Serra, o poder público (estadual e municipal) conseguiu acompanhar a frequência de 96,8% dessas crianças e adolescentes – percentual bem acima da média brasileira, que foi de 78,6% no período. Entre as crianças e adolescentes com a frequência escolar acompanhadas, 90,1% cumpriram a condicionalidade, isto é, tiveram frequência escolar acima da exigida pelo Programa Bolsa Família.



## Territórios em Rede

Serra, ES

O projeto **Territórios em Rede** tem como objetivo **identificar crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que não estão estudando** ou em risco de evasão escolar e **reinseri-los** nas escolas públicas de Ensino Básico de todo o município da Serra

# A implementação do Territórios em Rede na Serra

## Pressupostos éticos e conceituais

### Direito à educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do direito à educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nessa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, co-criando as estratégias em diálogo com as diferentes equipes e setores com os quais dialoga.

Para assegurar o direito à educação para todas as crianças, defende-se não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao sistema de garantia de direitos e aos demais equipamentos que atendem a infância, adolescência e famílias, em suas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural. Isso significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



**“O direito à educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado”.**

— Katarina Tomasevski, 1ª relatora do direito à educação da Organização das Nações Unidas.

## Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende a centralidade do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão das crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Neste sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

### Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e alunos e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

### Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas e parte do projeto educativo e responsáveis por apoiar o acesso à educação das crianças e adolescentes.

### Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é rico em interações significativas em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos e das estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis para além das instituições.

### Articulação intersetorial

Como apresentaremos em maior profundidade nas próximas seções, para que as crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua educabilidade.<sup>8</sup> Ou seja, é fundamental

8 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE* – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, vol. 2, n. 1, jan–jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

que condições dignas de vida e seus direitos estejam observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições relevantes a dar ao desenvolvimento integral das crianças e jovens (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer etc).

## Redes territoriais

Nesse sentido, é necessário reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do direito à educação, e na salvaguarda do próprio e dos demais direitos humanos.

Denominamos redes territoriais os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de ações comunitárias e projetos locais, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações comumente se reúnem para discutir conjuntamente propostas de desenvolvimento local e para trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, por sua vez, podemos compreender a criação de redes de proteção social estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns para assistir às pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes

- **Importante!**
- Como princípio orientador, a rede de proteção social territorial desenvolve estratégias de integração dos agentes locais buscando superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a criação de comitês multidisciplinares de referência para cada família atendida.

possibilitam alinhar agendas e a unificação de cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A escola também compõe ou dialoga diretamente com essas redes – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ativo da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo das crianças e dos(as) alunos(as) no processo de aprendizado, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

## Importância do PPP

A garantia do direito à educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma estratégia para materializar e concretizar essas relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interseccional com participação comunitária.

A atuação em rede, então, torna-se central para efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta

abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, focada no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do direito à educação de todas as crianças e adolescentes.

## Passos estruturantes

O Territórios em Rede teve início com a seleção de equipe, composta por profissionais com experiência em projetos próximos à proposta metodológica e referencial estratégico. Implementado em um contexto de adversidades impostas pela pandemia e de um cenário educacional incerto, também em razão das inconstâncias comuns ao período de eleições municipais, o projeto teve as etapas iniciais de planejamento e sensibilização realizados a partir das articulações com os governos municipais e estaduais, e de uma forte mobilização das organizações civis nos territórios, visando garantir a necessária abordagem intersetorial.

De junho a novembro de 2020, o projeto estabeleceu as bases para a implementação de sua metodologia e consecução das metas pactuadas:

### Meta primária

Reinserir 2.400 crianças na escola, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 14,7 mil crianças e adolescentes fora da escola no município da Serra. Esta meta representaria atingir 17% do público-alvo.

### Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

### Referência

- O projeto Territórios em
- Rede foi inspirado nas ações
- do projeto Aluno Presente,
- realizado pela Cidade Escola
- Aprendiz e parceiros entre
- 2013 e 2017 no município do
- Rio de Janeiro.<sup>8</sup>



A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações levantadas por meio do Diagnóstico Socioterritorial de Serra e a capacidade da equipe de campo disponível na época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos um conjunto de indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta tinha como objetivo apoiar o trabalho das secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.



**“Não adianta a gente chegar num território ou num município e falar: ‘eu vou atuar assim’. A gente tem que entender aquela realidade, ouvir os atores, incorporar, um pouco, os sentimentos daquele local, para que tenhamos alguma condição de colaborar.”**

**— Pâmella De-Cnop, Diretora Executiva da Fundação Vale**

Para atingir os objetivos e metas previstas, o projeto trabalhou na implementação das seguintes ações:

- **Estruturação e formação das equipes** (central e de campo) e planejamento;
- **Articulação Intersetorial com a criação de um Comitê Gestor Intersetorial** com foco exclusivo na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e informações sobre o município;
- **Formação em Serviço de agentes públicos**: capacitação dos profissionais das políticas públicas e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas.
- **Comunicação Comunitária e Mobilização social**: estratégias de comunicação voltadas a sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;

- **Busca Ativa e Articulação no território:** trabalho de campo focado na identificação das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidas;
- **Sistematização da metodologia** construída na Serra, discutindo as aprendizagens e legado sobre a incidência política do projeto no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco central garantir o acesso e a permanência escolar, mantendo o vínculo dos alunos e famílias com as escolas e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

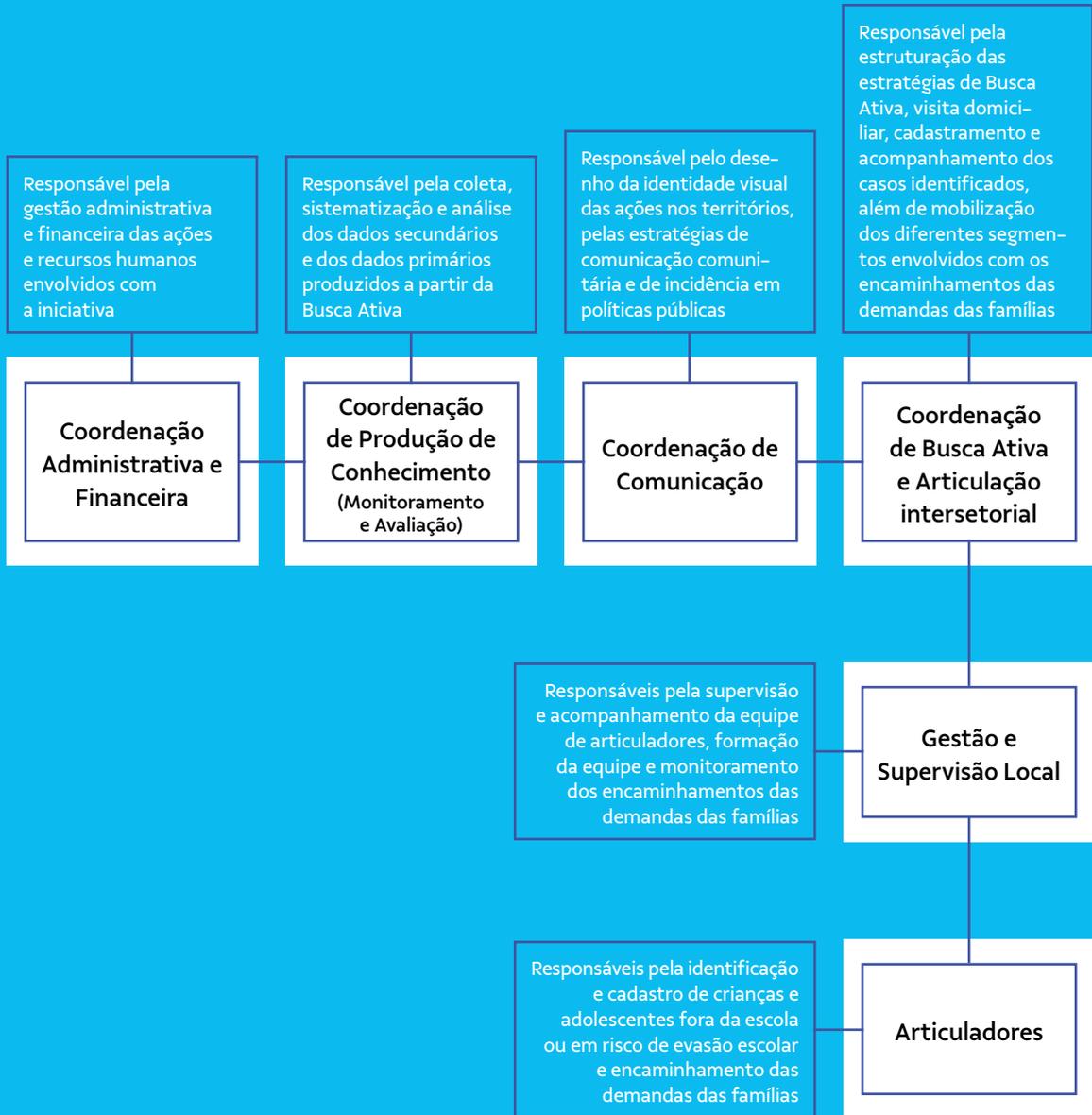
Após formada a equipe responsável pela gestão e desenhada a metodologia do projeto, em agosto de 2020, realizou-se a contratação<sup>10</sup> dos(as) profissionais que atuariam no desenvolvimento e acompanhamento das atividades de cada área: gestores(as) de Campo, de Comunicação e de Monitoramento e Avaliação.

A equipe, atuante e residente no município, foi formada por uma supervisora de campo, uma gestora local, uma supervisora local e oito articuladores locais para o trabalho de campo, que além de demonstrarem conhecimento do território, possuíam graduação completa. As articuladoras e o articulador – tinham perfis bastante diversificados, mas eram sempre moradores do município e possuíam experiência profissional em territórios periféricos.

---

<sup>10</sup> É interessante ressaltar que a contratação de parte da equipe foi realizada de forma remota, em função da pandemia de Covid-19.

## Desenho para a implementação



## Formação inicial e contínua da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto na Serra não apenas avançou na sua estruturação, mas também promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do direito à educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa, e ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.



**“Nós discutimos os objetivos do projeto em profundidade, fomos apresentados a um mapeamento de instituições parceiras, visitamos instituições e escolas para apresentar a iniciativa com o apoio da gestão central. Nunca tive uma formação como essa no início de um novo trabalho – e ela foi fundamental para o andamento das ações no território”.**

*— Elisa Machado, articuladora local, 2022*

A formação teve como foco o planejamento e implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

A contextualização da intervenção e diálogo com diferentes realidades brasileiras do Territórios em Rede constrói-se também a partir das equipes multidisciplinares que realizam o trabalho nos territórios. O processo formativo, então, além de assegurar um alinhamento comum das ações a todos os envolvidos, tornou-se também um espaço de co-criação de estratégias, e discussão sobre as potencialidades e desafios de cada território.

## Foco na legislação!

### **Constituição Federal** 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

### **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** 1996

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento.

### **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** 1996

Apresenta as diretrizes e bases da educação nacional, garantindo o direito à educação e estabelecendo normas para sua organização.



**“A formação das equipes é primordial porque nos apresenta a importância de compreender como operam o racismo estrutural e institucional, que são muito grandes e dificultam o direito à educação e saúde públicas, principalmente com as famílias que são na maioria negras, pobres, da periferia”.**

— *Galdene Santos, articuladora local, 2022*

## Articulação intersetorial e criação do Comitê Gestor Intersetorial

Ao longo deste processo, a parceria com a Fundação Vale foi crucial para gerenciar esses desafios, assim como o apoio da Estação Conhecimento na Serra. A Fundação Vale, com sua credibilidade e histórico nos territórios, facilitou a interação com o governo e diversas secretarias. Além disso, ofereceu suporte essencial à gestão do projeto. Já a Estação Conhecimento, conhecida por seu trabalho na rede de proteção na Serra, auxiliou na articulação com diferentes agentes e ampliou a compreensão dos territórios. Tal suporte foi vital também para a organização administrativa do projeto, disponibilizando suas instalações para reuniões e coordenação de equipes.

### Estação Conhecimento

As Estações Conhecimento são equipamentos mantidos pela Fundação Vale que oferecem atividades de educação, cultura e esporte no contraturno escolar, tendo como principal público crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. Por meio de suas programações, contribuem para o desenvolvimento social das comunidades atendidas, fomentando a criatividade, a inovação, a articulação de parcerias, a participação e o compartilhamento de ações entre entes públicos e sociedade civil organizada e as comunidades, valorizando as características de cada região. São cinco Estações Conhecimento, situadas nos municípios de Arari (MA), Brumadinho (MG), Serra (ES), Marabá e Tucumã (PA).

Entre outras ações, a Fundação Vale atuou diretamente na mediação entre o projeto e o poder público, ao longo de toda a execução do projeto. Uma vez estabelecidos os primeiros acordos, as parcerias começaram a se

materializar – o que envolveu desde a solicitação e garantia de vagas em escolas, ao necessário monitoramento regular da frequência das crianças. Considerando que o fenômeno da exclusão escolar é multifatorial, constituiu-se na Serra, entre agosto e setembro de 2020, articulações com os atores institucionais necessários para a adequada implementação da proposta. Nesse período também foi assinado pelo município o Termo de Parceria, oficializando o início do trabalho de campo na Serra.



**“Então, com o aval das articulações no macro, nós – das ações de campo –, iniciamos as articulações com as equipes das pastas, que realizam as operações cotidianas. Por exemplo, a partir da articulação com a gestão central da Secretaria de Educação, os articuladores são os responsáveis por visitar todas as escolas, apresentar o projeto, e estabelecer relações que serão necessárias à inserção das diferentes crianças identificadas na Busca Ativa”.**

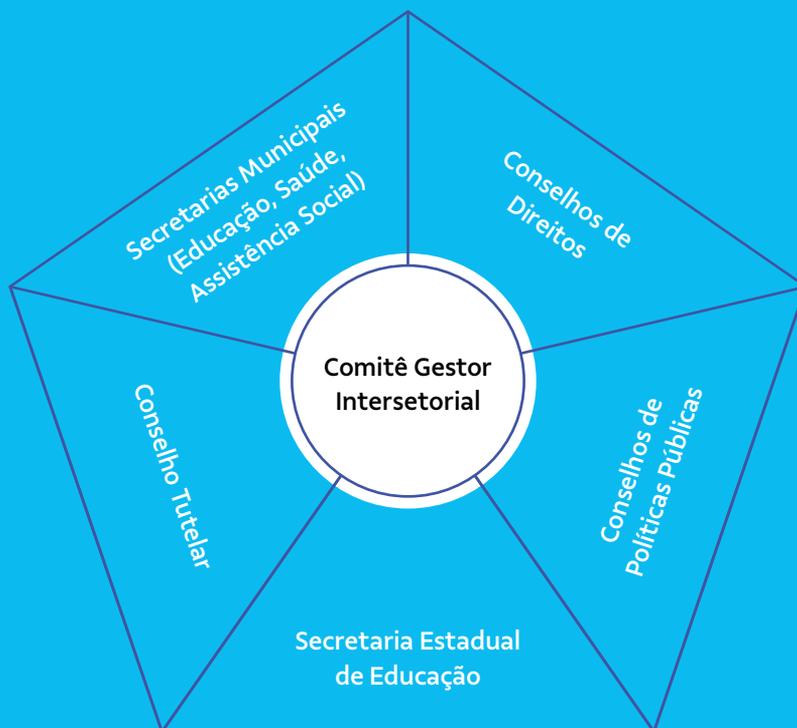
*— Thalita Borges, supervisora de campo, 2022*

Essa articulação materializou-se na criação de um **Comitê Gestor Intersetorial** no município, estratégia fundante do projeto. Com o objetivo de ser consolidado como um fórum para articular políticas e debater casos de crianças infrequentes ou fora da escola, o Comitê tem como pressuposto ampliar a articulação e efetividade das ações do poder público em todos os níveis, contando com a participação mensal de gestores e técnicos ligados diretamente às crianças e famílias atendidas pela iniciativa.

Durante o período da pandemia, as reuniões do grupo ocorreram remotamente, e com a liberação para encontros presenciais, adotou-se um formato híbrido. De caráter interdisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de educação, saúde e assistência social nos territórios. As diretrizes eram definidas por técnicos centrais das secretarias e então apresentadas e seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção a crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



Fonte: banco de imagens do projeto.



A interação da equipe do Territórios em Rede com os técnicos de diversas secretarias revelou lacunas na coordenação entre políticas setoriais. De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes envolvidos, foram realizadas reuniões de trabalho no qual a equipe local apresentou suas principais ações na Serra. Nesses encontros, casos críticos foram apresentados pela gestora de território do Territórios em Rede, e então os diferentes envolvidos observaram e desenvolveram estratégias capazes de responder às questões identificadas.

- **Desafios na Serra**
- Os casos identificados e
- apresentados pela equipe
- do projeto ao Comitê
- discutiam como principais
- desafios, dificuldades no
- acesso ao ensino remoto,
- problemas de locomoção,
- questões financeiras das
- famílias, problemas de
- saúde e de saúde mental e
- falta de vagas nas escolas.

A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê também estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar crianças em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da evasão escolar na Serra, mas também auxiliaram no acompanhamento e avaliação das ações implementadas.

**“O Comitê Gestor Intersetorial, que estava funcionando desde o início do projeto, foi um forte aliado para que pudéssemos responder a muitas das demandas que foram identificadas”.**

— *Renata Santos, articuladora local*

## **Diagnóstico socioterritorial**

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede à realidade local, o projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao diagnóstico socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar.

Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, focado na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da educação.

Código	Nome	Data de Identificação	Município	Articulador(a)	Articulador(a) Responsável	Acompanhamentos
P11335	Adriana Helena de Jesus	08/10/2022	Pirauapebas	Priscilla de Jesus	Priscilla de Jesus	7
C15540	Adriana Helena de Jesus	05/07/2025	Pirauapebas	Adriana Helena de Jesus	Adriana Helena de Jesus	5
C4796	Adriana Helena de Jesus	26/05/2022	Carajás dos Carajás	Adriana Helena de Jesus	Adriana Helena de Jesus	24
P10411	Adriana Helena de Jesus	16/11/2022	Governador Valadares	Adriana Helena de Jesus	Adriana Helena de Jesus	7
P15601	Adriana Helena de Jesus	05/07/2023	Bom Jesus do Tocantins	Adriana Helena de Jesus	Adriana Helena de Jesus	4

Ferramenta de cadastro do projeto

Fonte: Territórios em Rede.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais do município ao longo de todo o projeto. Atualizados durante os anos, os dados converteram-se em uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo direito à educação, por transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, revelando a conexão destas crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadores de classe, raça e gênero.

### O que o diagnóstico mostra sobre a educação no município?

Conforme os censos demográficos do IBGE, a população da Serra cresceu 27,2% entre 2010 e 2022. Entretanto, a despeito do impacto de um eventual movimento migratório, a redução da fecundidade fez a população de 0 a 17 anos crescer apenas 5,9% no período, somando mais de 130 mil crianças e adolescentes nesta faixa etária.

Observando apenas o contingente em idade escolar obrigatória, segundo a Constituição Federal, a coorte de 4 a 17 anos, são mais de 104 mil habitantes. Entre 2010 e 2022, esse contingente aumentou 5,5%. No mesmo período, as matrículas de estudantes com idade entre 4 e 17 anos aumentaram 12,6%. Como o atendimento escolar do grupo etário de 6 a 14 anos já estava acima de 98% em 2010, foram os grupos etários de 4 e 5 anos e de 15 a 17 anos os mais beneficiados com a expansão do número de matrículas.

#### População por faixa etária escolar recenseada em 2010 e 2022 na Serra

Idade	ano	
	2010	2022
0 a 3 anos	25.600	27.507
4 e 5 anos	13.237	14.847
6 a 10 anos	34.426	38.397
11 a 14 anos	29.524	29.073
15 a 17 anos	21.534	21.826
<b>Total</b>	<b>124.321</b>	<b>131.650</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

Segundo o Censo Escolar, Serra teve 121.322 matrículas na Educação Básica em 2022, incluindo a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos. Porém, da educação infantil ao ensino médio regular, foram 109.967 matrículas (90,6%).

A rede municipal foi responsável por 54,2% das matrículas da Educação Básica na Serra. Em números absolutos, 65.759 matrículas são dependentes da esfera

municipal. A rede estadual por 31,8% (38.571 matrículas), a rede federal por 0,7% (815 matrículas) e a rede privada por 13,3% (16.170).

Na Educação Infantil e Ensino Fundamental, a rede municipal responde 68,3% das matrículas – na Educação Infantil, 94,8% na creche e 94,1% na pré-escola; no Ensino Fundamental, 72,8% nos anos iniciais e 43,7% nos anos finais. O restante das matrículas é vinculada à rede privada. A rede estadual é responsável por 27,27% das matrículas do Ensino Fundamental, com 14,1% nos anos iniciais e 45,8% nos anos finais.

No Ensino Médio, a oferta é dominada pela rede estadual, responsável por 90,9% das matrículas. Nesta etapa, a rede federal participa com 1,6% e a rede privada com 7,5%.

A ilustração mostra a relação entre as etapas escolares da Creche ao Ensino Médio e os estudantes com idade adequada que a cursam:

#### Porcentagem de matrículas na faixa etária adequada na Serra

Etapa	Total de matrículas	Faixa etária	% de matrículas na faixa etária adequada
Creche	8.397	até 3 anos	84,1%
Pré escola	13.692	até 5 anos	90,5%
Anos iniciais	41.122	até 10 anos	92,8%
Anos finais	30.899	até 14 anos	85,7%
Ensino Médio	15.857	até 17 anos	84,3%
<b>Total</b>	<b>109.967</b>	<b>até 17 anos</b>	<b>88,6%</b>

Conforme o Censo Escolar de 2022, 99% das matrículas na creche e 99,2% das matrículas na pré-escola na Serra são em tempo parcial, ou seja, menos de 7 horas por dia. Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, são 96,7% e 94,4% em horário parcial, respectivamente. No Ensino Médio, 85,5% das matrículas são em horário parcial. Portanto, a oferta de ensino em tempo integral, com um mínimo de 7 horas, não é significativa na Serra.

A distribuição por gênero na educação básica na Serra segue um padrão comum às demais regiões brasileiras: os meninos são a maioria da creche nos anos finais do Ensino Fundamental, mas no Ensino Médio as meninas são a maioria. Esses números evidenciam a evasão e a exclusão escolar mais precoce dos meninos, a partir da adolescência.

Quanto à composição por cor ou raça dos estudantes da Educação Básica na Serra, dois pontos chamam a atenção. Primeiro, 64% dos estudantes são declarados pardos, representando quase três vezes mais que os brancos. Segundo, há uma quantidade relativamente pequena de matrículas sem informação sobre cor ou raça, na casa dos 8%. É importante ressaltar que essa ausência de informação é próxima à do estado do Espírito Santo, a qual é de 11% das matrículas, enquanto a média nacional sem a informação de cor ou raça é bem mais alta, alcançando 28% das matrículas na Educação Básica. Assim, podemos observar que a representação de estudantes negros na educação básica da Serra é expressiva – 69%, somando o número de estudantes pardos e pretos. No entanto, a mera presença quantitativa não garante equidade ou justiça. Em um país marcado pelo racismo estrutural, é essencial avaliar a qualidade da educação, os recursos disponíveis e as condições de acesso e permanência para esses estudantes.

Dados estatísticos revelam que os negros no Brasil estão mais expostos à violência e à pobreza. Para entender completamente os efeitos do racismo na sociedade brasileira, é preciso vê-lo como um fenômeno abrangente, que tece uma rede de violências, impactando especialmente crianças e jovens.

## Urgência das questões raciais!

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE\* (2018), embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% desse grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para combatê-lo.

No âmbito educacional, essa disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem educacional verdadeiramente antirracista podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas focadas em mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do direito à educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

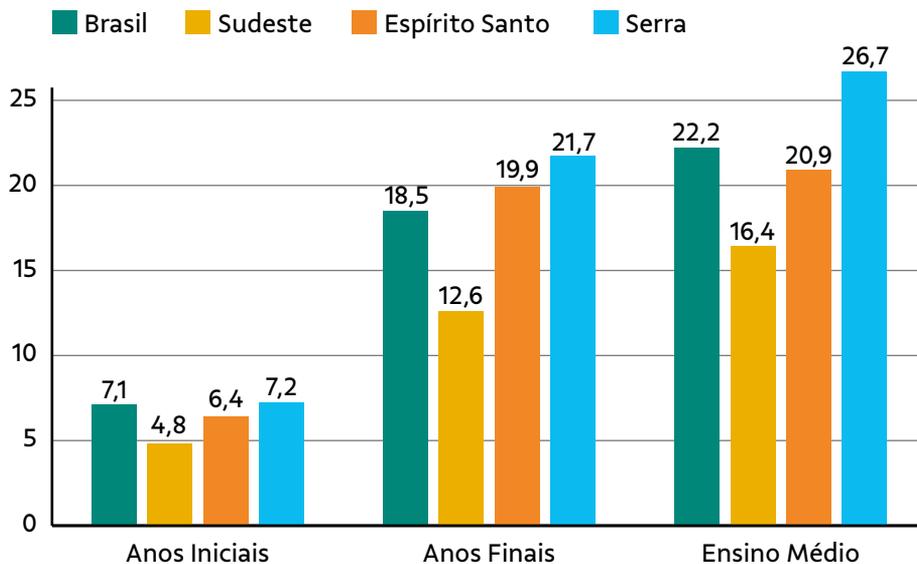
O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado democrático de direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

\* Fonte: IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)



A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) tem diminuído gradualmente nos Ensinos Fundamental e Médio na Serra. Nos anos iniciais, a atual trajetória vem ininterrupta começou em 2015, reduzindo de 14,8% para 7,2%. Nos anos finais, o mesmo ocorreu a partir de 2017, recuando de 31,5% para 21,7%. No Ensino Médio, embora em queda, o ritmo é mais lento e sofre oscilações: estava em 35,5% em 2016 e passou a 26,7% em 2022, com ligeiros aumentos em 2018 e 2020. Nas três etapas escolares, a Serra tem taxas de distorção idade-série maiores que as do Brasil e as do estado do Espírito Santo. As taxas estaduais são de 6,4% nos anos iniciais, 19,9% nos anos finais e 20,9% no Ensino Médio.

#### Taxa de Distorção Idade-Série (%) – Brasil, Sudeste, Espírito Santo e Serra – 2022



Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica.

A Taxa de Abandono vinha em queda suave no Ensino Fundamental e o período da pandemia da Covid-19 não causou impacto expressivo nessa trajetória na Serra. Nos anos iniciais, a taxa de abandono de 2022 foi de 0,2%, retornando ao nível de 2019 e 2020, depois de aumentar para 0,4% em 2021, o segundo ano da pandemia. Nos anos finais, um pequeno aumento aconteceu em 2020, subindo

de 0,8% para 1,2%, percentual este que foi mantido em 2021, mas recuou um décimo em 2022, ficando em 1,1%.

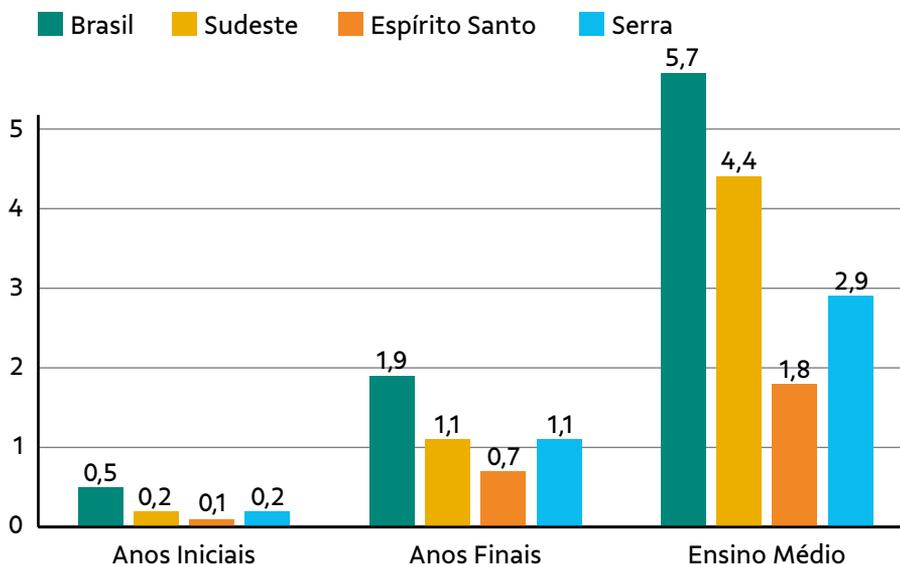
Entretanto, o Ensino Médio foi bem mais sensível aos efeitos da pandemia. Primeiro, interrompendo a queda verificada até 2019, elevando a taxa de 2,3% para 4,7%, em 2020, e 5,1%, em 2021. Em 2022, porém, o abandono recuou para 2,9%, ficando abaixo do nível registrado em 2017.

As taxas de abandono na Serra ficaram bem abaixo das médias estadual e nacional em 2022. A taxa estadual foi de 0,1% nos anos iniciais, 0,7% nos anos finais e 1,8% no Ensino Médio.

#### • Ponto de atenção!

- Para o sistema educacional, há uma diferença entre as definições de abandono e evasão escolar. Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão diz sobre o estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.

### Taxa de Abandono (%) – Brasil, Sudeste, Espírito Santo e Serra – 2022



Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica.

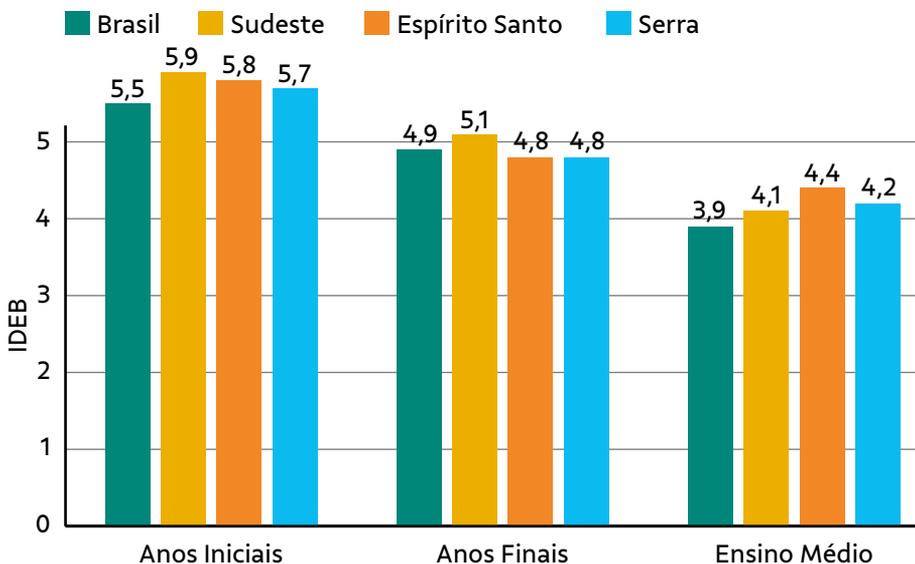
As taxas de aprovação nos ensinos Fundamental e Médio na Serra encontram-se em um patamar elevado, mas vale destacar o aumento ocorrido em 2020, ano de suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia da Covid-19.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de aprovação vinha avançando lentamente, mas deu um salto e alcançou quase a totalidade em 2020. Depois, recuou um pouco, ficando em 95,1% em 2022. Nos anos finais, a trajetória também vinha crescendo, embora em um patamar abaixo, mas quase se igualou à taxa dos anos iniciais em 2020, recuando para 91% em 2022. Em ambas as etapas, a taxa de 2022 superou a de 2019, ano anterior à pandemia.

No Ensino Médio, a trajetória da taxa de aprovação não se diferencia das demais etapas, a não ser pelo crescimento mais acelerado desde 2015 e pelo ligeiro aumento em 2022. Em 2020, no contexto da pandemia, quase alcançou as taxas do Ensino Fundamental, com 95,1% dos estudantes aprovados ao fim do ano. Recuou para 87,6%, em 2021, mas subiu para 88,7%, em 2022. Assim como nas etapas do Ensino Fundamental, a taxa de aprovação do Ensino Médio de 2022 foi maior que as registradas no período anterior à pandemia.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas da Serra, em 2021, não avançou em relação a 2019. Nos anos finais, as escolas públicas mantiveram a trajetória de avanço verificada desde 2011. No Ensino Médio, apesar de modesto, também houve avanço em relação a 2019. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as escolas públicas serranas estão com um IDEB superior ao das escolas públicas do Brasil, mas um décimo inferior ao índice das escolas públicas do Espírito Santo. Nos anos finais, um décimo abaixo do nacional e igual ao estadual. No Ensino Médio, superior ao das escolas públicas brasileiras, mas inferior ao índice das escolas públicas capixabas. Entretanto, o índice da Serra em 2021 não se distancia dos índices nacional e estadual em nenhuma das etapas escolares.

### IDEB das escolas públicas, segundo a etapa escolar em 2021 – Brasil, Região Sudeste, Espírito Santo e Serra



Fonte: INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

No SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – de 2021, as escolas públicas da Serra obtiveram notas mais baixas do que as alcançadas em 2019 nas três etapas avaliadas – nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio – e em ambas as disciplinas – Língua Portuguesa e Matemática. No estado do Espírito Santo, também houve recuo nas notas das escolas públicas, seja em Língua Portuguesa ou em Matemática, nas três etapas avaliadas. O mesmo aconteceu em relação às médias nacionais. Sem dúvida, esta avaliação, realizada em 2021, refletiu o efeito dos anos de pandemia no aprendizado dos estudantes.

Um levantamento mais preciso sobre o número atual de crianças e adolescentes fora da escola só será conhecido quando o IBGE finalizar a divulgação dos resultados do Censo de 2022, o que incluirá a estimativa da população que frequentava ou não a escola na data de referência da pesquisa. Por enquanto, só é possível comparar o número de habitantes em determinada faixa etária,

já divulgado pelo IBGE, com o número de matrículas de estudantes na mesma faixa etária, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, do Inep. Esta comparação indica que pode haver, pelo menos, 3,9 mil crianças e adolescentes fora da escola na Serra, a maioria nas faixas etárias de 4 e 5 anos e de 15 a 17 anos.

### **Desafios encontrados no contexto da experiência**

Além dos dados indicados acima, o Territórios em Rede encontrou diversos desafios para a implementação dos seus objetivos, dentre os quais destacam-se:

- Alto nível de vulnerabilidade das famílias identificadas pelo projeto no contexto pandêmico: situação que trouxe a necessidade de atender e acompanhar muitas demandas além do acesso à escola, já que, quando não resolvidas, também impediam a criança de voltar e permanecer na escola. Isso exigiu das equipes de campo o desenvolvimento de articulações específicas que colaboraram para a produção desses acompanhamentos e resoluções, além de habilidade para acolhida dessas situações e identificação das principais questões que interferem no acesso à escola;
- Durante a pandemia, as aulas eram virtuais, mas as apostilas impressas. Muitas famílias não conseguiram buscar o material na escola, no horário estipulado, e muitos alunos ficaram infrequentes porque não entregavam as atividades, indicando a necessidade de repensar o formato das atividades a distância nestes casos;
- Os cortes na assistência social durante o período de pandemia afetaram as famílias mais vulneráveis, e muitas perderam o auxílio do governo que era a única renda que tinham;
- Houve muitos casos de separação de pais na pandemia, o que trouxe dificuldades não previstas no projeto. Articuladores tinham que entrar em contato com os responsáveis que se mudavam e não transferiram as crianças da escola. Muitas vezes a escola não tinha ciência de onde a criança estava, ou com qual dos responsáveis estava morando;

- Baixa mobilização e articulação do tecido social face ao isolamento social: esse cenário contribuiu para a manutenção da precariedade das condições materiais da vida das famílias e baixa autonomia para acessar as políticas públicas, tanto pela falta de informação quanto pelo desconhecimento de seus direitos e de como acessar as políticas existentes;
- A facilidade para implementação do projeto, e em alguma medida, a qualidade do mesmo, depende da característica dos territórios. Em alguns, houve maior abertura dos equipamentos públicos e comunitários, bem como das lideranças e dos moradores do que em outros;
- Formulação e implementação de políticas públicas: constatou-se que, com exceção da iniciativa do próprio projeto, não havia uma política do poder executivo municipal estruturada de combate e prevenção intersetorial à exclusão escolar das crianças e adolescentes da Serra. A falta de clareza dos(as) gestores(as) públicos das diversas áreas sobre os diferentes setores, assim como a falta de dados gerais sobre a cidade, territórios e regiões nos quais atuavam, dificultaram, em parte, a efetivação da lógica intersetorial na condução das ações de promoção do direito à educação básica de qualidade das crianças mais vulneráveis;
- A falta da oferta e disponibilidade de vagas em escolas de determinados territórios foi um problema presente e comum em muitas das regiões da Serra;
- Dificuldade de articulação com a Assistência Social e Conselho Tutelar. O trabalho poderia ter fluído melhor não fosse a articulação tardia com o Estado;
- Falta de políticas públicas para as mulheres, especialmente para mães com vários filhos;
- Falta de servidores públicos e sobrecarga dos agentes: principalmente em função da pandemia, houve um vácuo na realização dos concursos públicos e contratação. A presença de serviços terceirizados também prejudicou o atendimento das famílias;

- A dificuldade de vagas próximas às residências dos estudantes e a dificuldade em viabilizar o transporte para todas as regiões indica a necessidade do poder público avançar no levantamento e mapeamento territorial das necessidades, adequando às políticas às demandas concretas dos territórios;
- Cultura de atuação fragmentada na gestão pública dificulta articulação intersetorial, incluindo dificuldade na produção de dados.

### Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa proposto pelo Territórios em Rede se organiza no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas, e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa é, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

### Instrumentos utilizados

No início das ações, utilizou-se como fonte inicial da informação a listagem de estudantes fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, que congregava dados sobre crianças e adolescentes que haviam abandonado a escola no ano anterior, assim como aqueles que, mesmo, matriculados não estavam acessando adequadamente as escolas, em função do período de fechamento das mesmas devido à pandemia. Com a reabertura, novas informações passaram a ser consideradas, como o monitoramento da frequência escolar e evadidos.



Ainda durante a pandemia de Covid-19, quando as escolas encontravam-se fechadas, a equipe de articuladores deu início ao trabalho de campo munida com a listagem de estudantes que trazia informações sobre aqueles(as) que estavam matriculados(as) na Rede Municipal de Ensino em 2020 e que haviam parado de frequentar a escola.

Quando a maior parte dos serviços estavam suspensos, o projeto Territórios em Rede ampliou as ações de Busca Ativa, não apenas identificando crianças fora da escola, mas apoiando os estudantes matriculados e seus familiares na realização das tarefas do caderno de atividades ou levando orientações que não chegavam às famílias pelos canais online.

Para além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa teve início a partir da articulação de diferentes fontes de informação que pudessem identificar possíveis casos de desvinculação escolar, e que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi realizado como ações iniciais da estratégia o mapeamento e a articulação de instituições, e ações de mobilização e comunicação local.

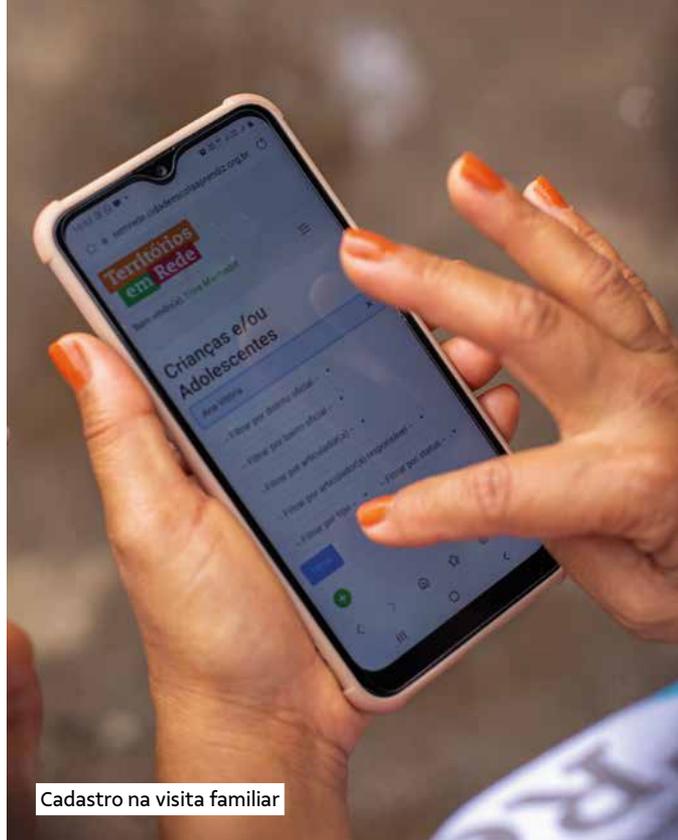
### **Mapeamento de Instituições e demandas:**

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis por parte dos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Na Serra, as primeiras parcerias foram articuladas pela Fundação Vale e gestão central do projeto, que assumiu diálogo direto com a Prefeitura. Em seguida, foram envolvidas as Secretarias de Educação, de Assistência e de Saúde, da Mulher e outros serviços, apresentando o Territórios em Rede.



Cadastro na visita familiar



Cadastro na visita familiar

Fonte: banco de imagens do projeto.

Com o aval das lideranças, a equipe de campo iniciou diálogo e acompanhamento com as equipes locais, que realizam o trabalho das pastas na ponta e cotidiano. Na educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando projeto às equipes de gestão e pedagógicas, levantando as demandas específicas em cada instituição.

#### **Mobilização comunitária e ações de comunicação:**

- Divisão dos articuladores em diferentes espaços da cidade da Serra;
- Divulgação do projeto para a população e instituições locais;
- Distribuição de folhetos com números de telefone foram distribuídos;
- Fixação de faixas, banners e cartazes com números de telefone para contato com a equipe do projeto em unidades escolares, pontos de ônibus, postos de saúde, e outros equipamentos públicos, além de associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários, sociais, e comerciais;

- Circulação de carro de som<sup>11</sup> pelas ruas dos bairros identificados com maior potencial de haver crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com mensagens de divulgação do projeto nos centros de atendimento, postos de saúde, comércios e outros parceiros;
- Elaboração de listas de transmissão via *WhatsApp* e divulgação do projeto via redes sociais próprias e em parceria com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Divulgação do projeto via notícias veiculadas pela imprensa em escala municipal.



Ação de divulgação na rua

Fonte: banco de imagens do projeto.



Ação de divulgação na rua

<sup>11</sup> Veja um exemplo de carro de som operando na Serra: <https://www.youtube.com/shorts/URHNM5E60vA>.

Contudo, o processo inicial não foi simples. Além do contexto pandêmico que impunha uma série de desafios inesperados às políticas sociais e ao próprio projeto, Serra passou por uma troca na gestão municipal em 2020, com mudanças também nos cargos de confiança, gestores e equipes de trabalho das pastas. Por isso, ainda nos primeiros passos de entrada nos territórios houve, inclusive, certa desconfiança por parte de algumas escolas do município. Foi só quando a Secretaria de Educação da nova gestão municipal, em diálogo com a equipe do projeto, convocou uma reunião geral e apresentou a proposta que o diálogo dos articuladores fluiu melhor.

Para vencer as dificuldades iniciais do trânsito nas escolas, os articuladores locais acessaram pessoas, lideranças comunitárias e projetos sociais que pudessem qualificar o mapeamento inicial realizado e que fossem capazes de apoiar a identificação de áreas dos bairros em que possivelmente haveria mais crianças e adolescentes fora da escola.

Ao entrar no território, o(a) articulador(a) era orientado(a) a buscar, se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o projeto conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse sociedade e poder público. Por sua vez, as gestoras de polo e território articulavam instituições parceiras, entre associação de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não-governamentais, órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo essa colaboração como estruturante para garantir a educação como um direito básico.

- **Trabalho em duplas**
- Na Serra, para as ações
- exploratórias iniciais, os
- articuladores locais foram
- orientados a trabalhar em
- duplas, tanto fortalecendo
- a segurança dos mesmos,
- quanto apoiando melhor o
- diálogo na comunidade.

A equipe de campo avaliou que uma boa parceria com a população local gerava muita demanda espontânea, uma vez que estabeleciam relações de confiança



Fonte: banco de imagens do projeto.

com os articuladores, tinham o apoio das instituições e agentes locais e viam o trabalho acontecer na prática, com famílias sendo concretamente beneficiadas pelas ações do projeto.

#### **Busca Ativa nas ruas:**

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta a partir da demanda espontânea. Muitas vezes é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças que não estão indo para escola;
- Visitas aos CRAS, unidades de saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez muita diferença na recepção e acionamento deles nos territórios.



Reunião com instituições locais

Fonte: banco de imagens do projeto.

Também parte essencial do processo era o estabelecimento de laços de confiança no território, exigindo da equipe de articulação local a participação em atividades do bairro, como reuniões e ações comunitárias e das organizações locais.

### **Estabelecimento de Parcerias e Participação em Grupos de Trabalho:**

- Reconhecimento dos agentes locais por parte dos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Uma vez que o(a) articulador(a) localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, ele realizava uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis pela criança ou adolescente, os motivos pelos quais ele estava infrequente ou havia abandonado, evadido ou nunca havia estado na escola.



Reunião com instituições locais

Fonte: banco de imagens do projeto.

### Procedimento ao Encontrar uma Criança Fora da Escola

1. Articulador(a) se aproxima da família para entender a situação por meio de uma visita domiciliar.
2. Articulador(a) realiza uma entrevista para coleta de informações de cadastro e para o entendimento sobre o caso.
3. Cadastramento da família no sistema de monitoramento do projeto. Dados são registrados por meio de um aplicativo e alimentam o banco de dados do projeto.
4. Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano.
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.

## Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"><li>• identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola;</li><li>• assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo;</li><li>• uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino);</li><li>• monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente;</li><li>• avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras).</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares).</li></ul>	



Reunião com instituições locais

Fonte: banco de imagens do projeto.

O trabalho de (re)inserção da criança ou adolescente na escola, envolvia:

1. a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Esporte e Lazer, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada; e
2. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social, como saúde, moradia ou ausência de responsável, transferir a criança de escola por motivos de conflitos no território que afetavam o deslocamento da criança até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento das crianças/famílias, em diálogo direto com gestores(as) das unidades escolares, buscando a permanência delas na escola por meio do constante monitoramento das listas fornecidas periodicamente pela rede de educação. Caso houvesse sinais de nova evasão, o projeto retomava as etapas anteriores necessárias para evitar ou reconduzir novamente criança à rede escolar.



Reunião com instituições locais

Fonte: banco de imagens do projeto.

## Comunicação comunitária e mobilização social

Na fase de implementação do projeto, a Busca Ativa por crianças e adolescentes que se encaixavam no perfil estabelecido foi intensa. Mas não se tratava apenas de encontrar esse público. Era fundamental sensibilizar as comunidades e diferentes regiões da Serra sobre a importância do direito à educação. Para isso, foram desenvolvidas estratégias criativas de comunicação e mobilização social.

O foco da comunicação estava em sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e metas do Territórios em Rede e em divulgar amplamente o projeto, de modo a estimular a demanda espontânea. As ações realizadas e as estratégias adotadas foram diversas e impactantes. Durante o período de isolamento da pandemia de Covid-19, foi criada e divulgada uma central telefônica na sede do projeto, servindo como um canal direto com a comunidade. Ações de mobilização comunitária, como a passagem de carros de som com mensagens-chave apoiaram a divulgação de base, alcançando, inclusive, a população não letrada. Ao mesmo tempo, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente posicionados em locais de alta circulação, como escolas, associações de moradores, postos de saúde e praças.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o site institucional. Materiais de divulgação como áudios, gifs e flyers circularam pelo *WhatsApp* e *Telegram*. A equipe do projeto também marcou presença em entrevistas para rádios e jornais, e estratégias, foram utilizadas para ampliar ainda mais o alcance da mensagem sobre o direito à educação do Territórios em Rede. Na fase de consolidação das ações do Territórios em Rede na Serra, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo mini documentários<sup>12</sup> para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.

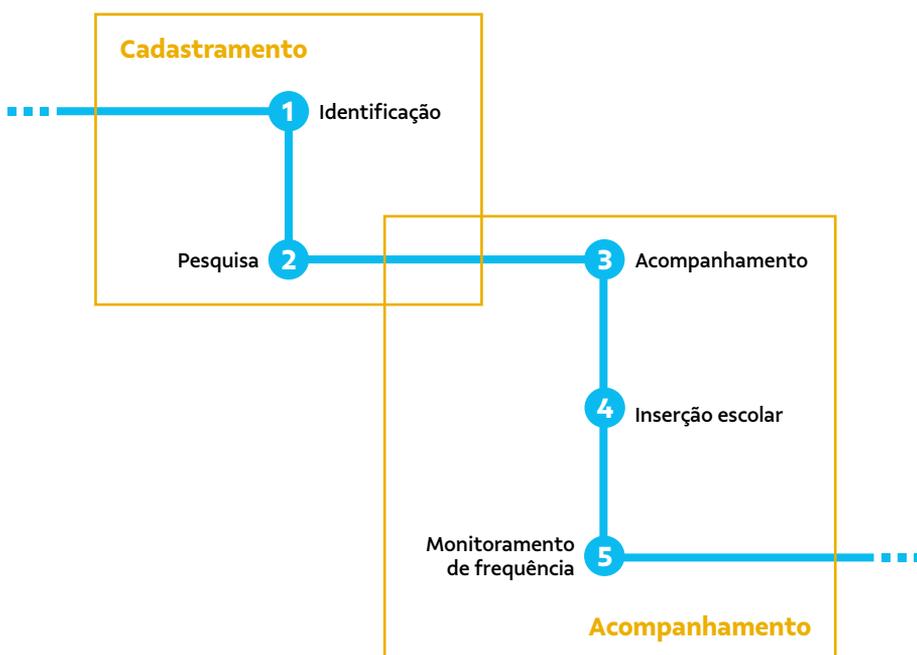
---

12 Acesse um mini documentário sobre o Territórios em Rede na Serra: <http://bit.ly/47YTMH4>.

## Monitoramento e avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação do Territórios em Rede e da inserção das crianças e adolescentes na escola, bem como dos estudantes reinseridos pelo projeto na escola.

Instrumentos para registro dos atendimentos



As informações eram originadas de três bases de dados criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas das crianças assistidas pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações tomadas para assegurar que as crianças tenham acesso e permanência nas escolas.

O sistema intranet do projeto, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades, como:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula das crianças nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências das crianças e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado das crianças, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

A Busca Ativa foi o método predominante na identificação de crianças em situação de exclusão escolar na Serra, representando 44,45% das identificações. O trabalho de validação das listas oficiais das unidades escolares e secretarias de educação veio na sequência, contribuindo com 32,88% dos casos. Outros métodos também tiveram sua participação. Os desdobramentos das listas oficiais contabilizam 6,72%, enquanto a demanda espontânea, ou seja, solicitações por atendimento que chegaram às equipes do projeto por meio da divulgação via canais de comunicação do Aprendiz, respondeu por 6,28% dos casos identificados. Indicações de organizações da sociedade civil, instituições religiosas e cidadãos representam 3,86% das identificações. Dados que indicam a variedade de abordagens utilizadas para identificar crianças fora da escola.

<b>Estratégias de identificação</b>	
Listas oficiais: de unidade escolar ou de secretarias de educação (abandono, infrequente, distorção idade-série)	1.022
Busca Ativa: abordagem ativa	1.381
Listas oficiais: desdobramento (indicação de alguém da lista)	209
Demanda espontânea: comunicado via canal do Aprendiz	195
Indicação: de organização da sociedade civil, instituição religiosa, munícipe	120
Indicação: de equipamento público da assistência como CRAS, CREAS, SEAS.	81
Indicação: de equipamento público de saúde como UBS, UPA, CAPS e Agente Comunitário de Saúde	38
Indicação: Estação Conhecimento	9
Indicação: Conselho Tutelar	8
Outro	46
<b>Total</b>	<b>3.109</b>

Os métodos de obtenção de informações sobre os casos de crianças e de adolescentes em situação de exclusão escolar utilizados pelo projeto, seja porque estavam fora da escola ou em risco de evasão, evidenciam as estratégias com maior e menor potencial para sua localização.



Fonte: banco de imagens do projeto.

Por um lado, muitas das informações obtidas pelo projeto já eram do conhecimento da gestão pública, especialmente no campo educacional. No entanto, essas informações não haviam recebido a atenção prioritária necessária. Por outro lado, o fato de que a maioria dos casos identificados foi descoberta por meio de Busca Ativa direta nos territórios da cidade reforça a importância crucial de manter um esforço constante por parte de profissionais dedicados a alcançar as famílias, tanto as crianças como os adolescentes. Isso visa reduzir o tempo em que eles permaneceriam desassistidos pelas políticas públicas.

### **Acompanhamentos dos casos**

Semanalmente, supervisionados pela gestão local, os articuladores se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola das crianças e adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados. As equipes monitoravam as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinham uma agenda frequente de



Colocação de faixa na fachada do Projeto Meninas e Meninos do Mestre



Equipe em articulação junto ao CRAS

Fonte: banco de imagens do projeto.

reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à presença dos alunos em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que os articuladores ofereciam às escolas, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada aluno. Essas devolutivas muitas vezes mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a avaliar melhor a realidade das famílias. Por exemplo, que antes aparecia como suposta negligência das famílias, passou a ser compreendido como situações de fato muito desafiadoras que elas viviam.

### Ações complementares

Nesse âmbito foi estabelecida uma linha de apoio emergencial como parte do projeto para enfrentar a extrema pobreza, proporcionando assistência na forma de cestas básicas, materiais escolares e itens de higiene básica. A ausência de transporte público exigiu uma logística complexa para garantir a distribuição eficiente desses recursos.

Durante nossas visitas domiciliares, identificaram-se muitas famílias que enfrentavam insegurança alimentar e falta de materiais escolares, fatores que impactavam na frequência escolar das crianças. Por isso, no segundo ano do projeto, foi implementado o auxílio emergencial, distribuindo diretamente cestas básicas, materiais escolares e roupas, conforme a necessidade de cada família.



**“Meus netos não estavam na escola. Nós corremos atrás, tentamos, mas não conseguimos. Hoje eles estão estudando. Consegui fazer a carteira de vacina, e até médico para o meu neto. Vocês estão ali sempre presentes na vida de cada um, das pessoas, acompanhando, vendo o que tá precisando, ajudando da melhor forma possível. Vocês foram uma luz no fim do túnel.”**

**— Avó de dois estudantes, de 7 e 13 anos, atendidos pelo projeto na Serra**

### **Comida no prato também é um direito!**

Por meio do apoio emergencial, foi realizada a distribuição de cestas básicas para as famílias atendidas pelo projeto em situação de vulnerabilidade social na Serra. Conforme os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 61,3 milhões de brasileiros enfrentaram algum tipo de insegurança alimentar.



Distribuição de cestas básicas para as famílias atendidas pelo projeto



“Eu tenho dez filhos, só que um, morreu. Mataram ele e eu fiquei com nove, moram todos comigo, tudo dentro da minha casa. Tenho de dezessete, de dezenove, de vinte. Todos eles estavam fora de escola, não tinha nenhum deles estudando ainda. O que é mais complicado aqui, é que, de manhã a gente não tem café pra dar ao filho, porque às vezes a gente acorda e o menino pede, ‘mãe, eu quero pão’, não tem, ‘mãe, eu quero biscoito’, não tem. E o pequenininho sempre pede, às vezes a gente não entende. É difícil...”

— Mãe atendida pelo Territórios em Rede na Serra

No total, 364 crianças foram atendidas pelo apoio emergencial ou outras doações viabilizadas pelo Territórios em Rede na Serra. A equipe de campo se encarregava da entrega e prestação de contas, distribuindo itens como mochilas, materiais escolares, roupas, remédios, fraldas e cestas básicas. Além disso, viabilizaram o pagamento de taxas para a emissão de CPFs.



# Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar na Serra

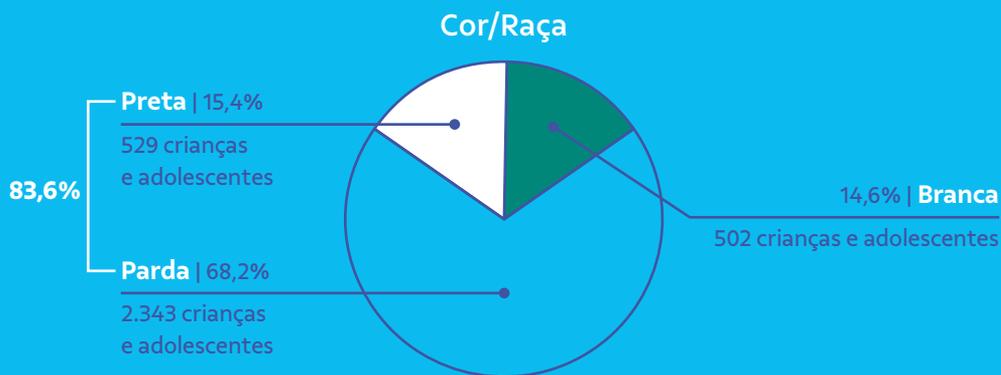
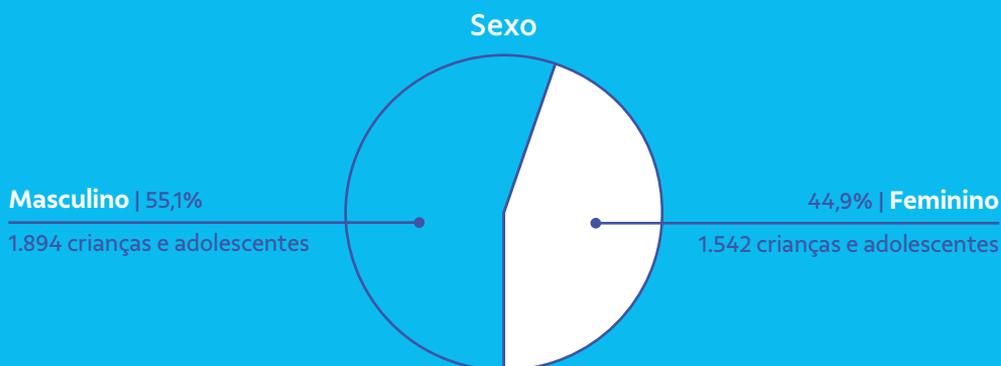
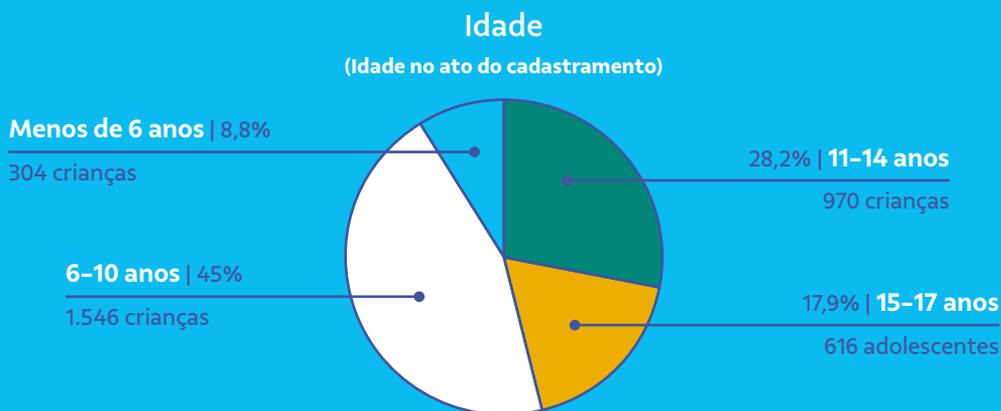
Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Serra.

A faixa etária de 6 a 10 anos, com 970 crianças (45%), apresenta significativa concentração de crianças em situação de exclusão. Porém, um contingente quase igual (46,1%) possuía entre 11 e 17 anos quando cadastrados pelo projeto Territórios em Rede, reforçando que a adolescência é um período particularmente vulnerável à exclusão escolar. As razões se mostraram variadas, incluindo fatores socioeconômicos, desafios nos processos de trabalho infantil, gravidez na adolescência, entre outros.

A concentração elevada de adolescentes em situação de exclusão reitera também a necessidade de intervenções específicas e direcionadas para essa faixa etária, a fim de garantir a continuidade da educação e prevenir a evasão escolar.

Existe predominância de meninos em situação de exclusão em relação às meninas. Isso pode sugerir que os meninos enfrentam desafios específicos ou que existem fatores culturais ou sociais que os impactam mais.

## Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede na Serra



Fonte: Territórios em Rede – Serra.

O total de crianças pardas e pretas em situação de exclusão escolar corresponde a 83,6%, um número cinco vezes maior que o de crianças brancas. Esta disparidade racial é um indicativo claro das desigualdades presentes na Serra, especialmente no que diz respeito ao racismo estrutural como fator determinante de contingimentos ao acesso ao direito à educação. A predominância de crianças pardas e pretas em situação de exclusão escolar indicada pelo projeto, revela indícios de um racismo institucional interseccionado aos fatores socioeconômicos responsáveis por uma exclusão social em múltiplas dimensões.

- **Ponto de atenção!**
- Os dados sobre raça e cor no perfil de exclusão escolar da Serra reforçam a urgência de políticas públicas e intervenções focadas em abordar e mitigar essas desigualdades raciais no acesso à educação.

## Situação escolar das crianças e adolescentes atendidos no projeto

Das crianças e adolescentes identificados e reintegrados à escola, 335 estavam na Educação Infantil, representando 9,7% do total. A pré-escola (entre 4 e 5 anos) foi a etapa com maior incidência de casos, evidenciando a exclusão e as dificuldades que as redes escolares enfrentam para oferecer vagas suficientes diante da demanda, especialmente após a ampliação da obrigatoriedade do ensino para o intervalo de 4 a 17 anos em 2009.

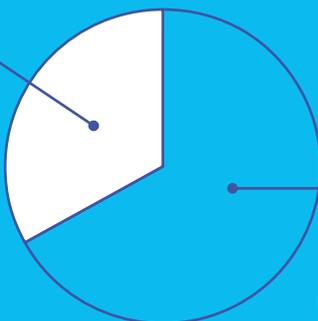
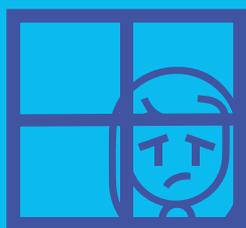
Desde então, as redes têm buscado se adequar à oferta, mas enfrentam visíveis limitações, como bairros desprovidos de unidades escolares com vagas suficientes ou transporte escolar insuficiente. É importante destacar que a exclusão nesta etapa pode ter consequências duradouras, uma vez que a Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento integral das crianças.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, foram reintegradas 1.777 crianças e adolescentes, representando 51,7% do total. Essa faixa etária destaca-se como uma das mais representativas no âmbito do projeto. Isso sugere que muitas crianças começam a enfrentar desafios relacionados à exclusão escolar nos primeiros anos do ensino fundamental, ressaltando

## Panorama da exclusão social

**33,1%**

estavam fora da escola, sem vínculo = 1.117 crianças e adolescentes



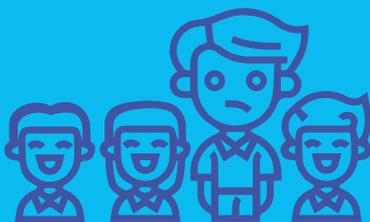
**66,9%**

estavam matriculadas, mas infrequentes (risco de evasão) = 2.257 crianças e adolescentes



**92,6%**

não frequentam Instituição Educativa complementar à escola = 3.119 crianças e adolescentes



**29,2%**

estão em situação de distorção idade-série = 1.003 crianças e adolescentes

também a centralidade da parceria do projeto com a rede escolar municipal, única esfera pública responsável pela oferta dos anos iniciais na Serra. Nos anos finais do fundamental, do 6º ao 9º ano, foram identificadas 1.025 crianças (29,8%). Essa etapa é oferecida de forma compartilhada entre o município e o estado e a parceria com o governo estadual consolidou-se apenas no último ano do projeto. Assim, parte expressiva das escolas estaduais que ofereciam os anos finais não foi mobilizada, simultaneamente aquelas vinculadas à rede municipal. Além disso, é importante destacar que os motivos de exclusão escolar passam a incidir mais sobre os adolescentes, como o trabalho infantil e o nebuloso “desinteresse” ou “desmotivação” pela escolarização, muitas vezes mencionado nas interlocuções entre os envolvidos do projeto, mas com poucas pistas sobre os reais motivos que levaram à exclusão escolar.

Com 18 casos (0,5% do total), há uma parcela de alunos buscando retomar seus estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível fundamental. Isso indica, por um lado, uma tentativa de superar a exclusão escolar acumulada na trajetória escolar anterior desses estudantes. Por outro lado, aponta uma estratégia muitas vezes utilizada pelas redes escolares para contornar a necessidade de reduzir a distorção idade-série dos alunos em defasagem escolar. A baixa representação de alunos no EJA no nível fundamental pode sugerir uma oferta limitada desse programa no município, ainda que a idade mínima para cursar essa modalidade seja de 15 anos.

Na etapa que vai do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, foram identificados 105 adolescentes (3,5% do total). A exclusão escolar nessa fase, conforme pesquisas nacionais, é preocupante. A menor incidência de exclusão escolar no Ensino Médio era esperada na intervenção, uma vez que a parceria institucional alcançou maior influência no município.

A exclusão precoce, evidenciada já na Educação Infantil, compreendendo quase 10% do total, é motivo de preocupação, uma vez que é nesse estágio em que se estabelecem as bases do aprendizado e a estruturação do vínculo com o ambiente escolar.

Índices preocupantes de exclusão são observados no Ensino Fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos finais, onde mais de 80% dos alunos estão concentrados. Isso sugere que os primeiros anos de escolarização são críticos, com muitos estudantes enfrentando barreiras que os impedem de progredir em sua jornada educacional.

A transição da infância para a adolescência, aliada a fatores socioeconômicos, pode contribuir para a elevada taxa de exclusão nos anos finais do Ensino Fundamental. A presença mínima de alunos no EJA Fundamental pode indicar que, embora haja uma tentativa de retomar os estudos, a oferta ou adesão a esse programa pode ser limitada.

Mesmo considerando o período da pandemia, o dado relevante de que mais de 33% estavam fora da escola e 67% estavam em risco de evasão destaca a magnitude do desafio enfrentado. Adicionalmente, a baixa frequência em instituições educativas em turno complementar revela uma lacuna nas condições de acesso ao aprendizado ampliado. A distorção idade/série, presente em quase 30% dos alunos, é outro indicador de que muitos estudantes enfrentam

## Informações complementares



**11,5%**  
apresentavam  
problemas de saúde  
= 394 crianças e  
adolescentes



**2,9%**  
estavam envolvidas  
em trabalho informal,  
o que pode ser um  
fator de risco para a  
exclusão escolar  
= 101 crianças e  
adolescentes



**2,9%**  
enfrentavam  
uma gravidez  
na adolescência  
= 19 meninas  
de 11 a 17 anos

desafios contínuos em sua trajetória educacional, resultando em atrasos significativos e ampliando o risco de abandono e exclusão escolar.

Nesse contexto desafiador, os dados do perfil das crianças e adolescentes atendidos pelo Territórios em Rede proporcionam um panorama complexo e multidimensional da exclusão escolar. Esses dados ressaltam a necessidade de intervenções direcionadas e intersetoriais para abordar as múltiplas barreiras ao acesso e permanência na escola.

Os dados complementares fornecem um panorama complexo da situação de exclusão escolar das crianças e adolescentes identificados pelo Territórios em Rede na Serra. Vários fatores, como idade, gênero, raça, situação escolar e trabalho infantil, interagem de maneiras que amplificam os desafios enfrentados por essas crianças e suas famílias.

A constatação de que 4,9% das crianças e adolescentes apresentam deficiência é um dado relevante que demanda esforços na promoção de políticas educacionais inclusivas e qualificadas, garantindo que esses estudantes tenham as mesmas condições de acesso que seus pares.

**4,9%**

possuem alguma deficiência, o que pode representar barreiras adicionais para sua inclusão e acesso à educação = 168 crianças e adolescentes

**0,7%**

cumpriam medidas socioeducativas, representando um grupo que necessita de atenção especializada e apoio = 9 crianças e adolescentes de 12 a 17 anos

O fato de 11,5% das crianças e adolescentes enfrentarem problemas de saúde impacta diretamente a sua frequência e desempenho escolar. Torna-se crucial a integração entre os setores de saúde e educação para assegurar que esses estudantes recebam o apoio necessário. A taxa de gravidez na adolescência, de 2,9% entre meninas de 11 a 17 anos, é um indicador sensível. A gravidez precoce pode tanto ser uma causa quanto uma consequência da exclusão escolar, resultando em desafios socioeconômicos adicionais para as jovens mães, limitando suas condições de acesso futuro e perpetuando ciclos de pobreza.

Os nove adolescentes de 12 a 17 anos que cumpriam medidas socioeducativas representam um grupo, embora pequeno, particularmente vulnerável, demandando atenção especializada. O acesso à educação, em alguns casos, desempenhou um papel fundamental nesse processo, oferecendo a esses jovens uma segunda chance e um caminho para um futuro melhor.

O envolvimento de 2,9% das crianças e adolescentes em trabalho informal é sempre preocupante. O trabalho infantil representa um risco direto para a exclusão escolar, já que essas crianças muitas vezes priorizam, ou são obrigadas a priorizar, o trabalho em detrimento da educação, seja por necessidade econômica ou pressão familiar. Além disso, o trabalho infantil pode ter consequências duradouras para o bem-estar físico e mental das crianças.

É fundamental reconhecer que as questões identificadas decorrem de fatores estruturais na sociedade brasileira. Apesar da amplitude e impacto do projeto Territórios em Rede, seu escopo não abrange a eliminação completa dessas desigualdades, dada sua magnitude. No entanto, o percurso do projeto revelou-se promissor em diversas frentes.

Através das ações e intervenções realizadas, observa-se que, embora não seja possível erradicar totalmente as desigualdades estruturais, é possível mitigar seus impactos. O projeto demonstrou que, com esforços coordenados e focados, algumas ações produziram diferenças significativas na vida dessas crianças e adolescentes, reduzindo as barreiras que enfrentam e garantindo seus direitos.

## Perfil familiar

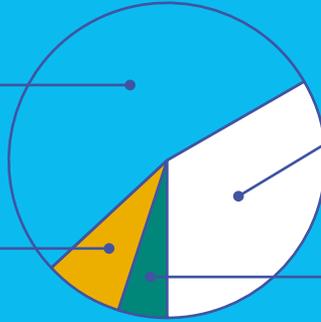
### Com quem as crianças e adolescentes residem

53,8% moram com a mãe, sem a presença do pai

33,4% moram com pai e mãe

8% não moram com nenhum dos dois

4,8% vivem com o pai, sem a presença da mãe

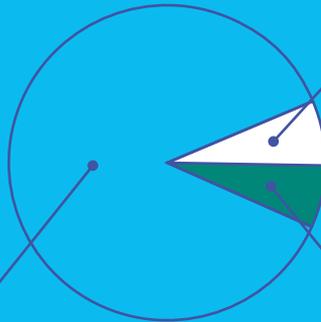


### Principal responsável pelas crianças e adolescentes

Para 87,3%, a principal responsável na escola é a **mãe**, reforçando a noção de que as mães desempenham um papel predominante no cuidado dos filhos

Para 6,5%, o **pai** é o principal responsável

Para 6,3%, **outras pessoas** são responsáveis



### Idade da mãe

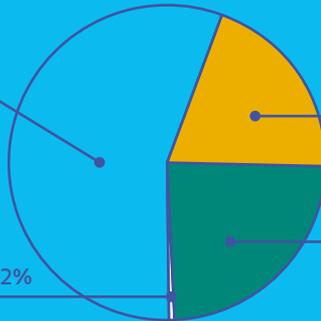
(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

Entre 30 e 39 anos | 47%

16,7% | Entre 20 e 29 anos

19,9% | Entre 40 e 49 anos

Adolescentes até 19 anos | 0,2%



No universo de crianças e adolescentes atendidos pelo Territórios em Rede na Serra, destaca-se que 53,8% do total residem com a mãe, sem a coabitação do pai, e em 80,9% dos casos, a figura materna desempenha o papel predominante no cuidado da criança. Esses números expressivos refletem uma realidade mais ampla no Brasil, onde muitas mulheres assumem a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos.

A prevalência de mães solo no projeto é um reflexo da questão de gênero, em que as responsabilidades de cuidado e criação dos filhos frequentemente recaem sobre as mulheres. Essa realidade é configurada por fatores sociais, culturais e econômicos que perpetuam desigualdades de gênero e raça. Muitas vezes, essas mães enfrentam desafios adicionais, como estigmatização social, dificuldades financeiras e falta de apoio. Além disso, a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos pode limitar as condições de acesso a emprego e educação para essas mulheres, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade.



Fonte: banco de imagens do projeto.

Esses dados tornam-se indicativos da necessidade de políticas públicas e iniciativas sociais que reconheçam e abordem as desigualdades de gênero e raça. É fundamental promover o fortalecimento e a autonomia das mulheres, garantir seus direitos e proporcionar suporte adequado, especialmente para aquelas que são as principais responsáveis pela proteção e educação de seus filhos.

A realidade das famílias localizadas pelo Territórios em Rede na Serra reflete uma série de desafios socioeconômicos. A predominância de crianças negras em situação de exclusão escolar, a alta porcentagem de exclusão escolar, a presença de trabalho infantil informal e a predominância de famílias monoparentais lideradas por mães são indicativos de desigualdades estruturais. Esses fatores, combinados com questões como gravidez na adolescência e a falta de acesso a instituições sócio-culturais, revelam um quadro de vulnerabilidade que requer intervenções multidimensionais para garantir a inclusão social e o processo de escolarização dessas crianças.



# Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar das famílias, eram coletadas informações sobre os motivos pelos quais as crianças ou adolescentes não estavam matriculados, haviam abandonado ou evadido os estudos, ou estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias, a equipe do Territórios em Rede categorizou os dados em diferentes motivos, conforme tabela a seguir.

Motivos informados pela família, por autodeclaração, para a situação de exclusão escolar da criança ou adolescente

Motivos informados	Crianças e adolescentes	%
Falta de vaga em escola próxima ou na escola desejada; falta de acesso à vaga	637	18,5%
Desinteresse da criança e/ou adolescente pelos estudos/escolarização	578	16,8%
Mudança de endereço, viagem ou deslocamentos frequentes	396	11,5%
Desinformação sobre procedimentos de acesso à escolarização ou relacionados à escola	318	9,3%
Criança ou adolescente com deficiência ou doença que impeça frequência escolar	212	6,2%
Família em situação de pobreza (falta de renda/recursos)	203	5,9%

Motivos informados	Crianças e adolescentes	%
Dificuldade/falta de responsável para acompanhar criança no trajeto escolar	190	5,5%
Dificuldade/falta de responsável para buscar ou entregar atividades impressas	155	4,5%
Responsável ou familiar com problemas de saúde	140	4,1%
Sem responsável ou responsável com dificuldade de acompanhar a realização das atividades remotas	76	2,2%
Conflito na escola (entre estudantes, corpo docente ou funcionários)	60	1,7%
Responsável não reconhece/desconhece a infrequência da criança ou adolescente	59	1,7%
Falta de dispositivo (celular, computador, tablet)	57	1,7%
Adolescente mãe e não tem com quem deixar o filho	38	1,1%
Falta de documentação de criança ou adolescente	38	1,1%
Criança ou adolescente em situação de trabalho infantil	37	1,1%
Falta de transporte escolar	35	1,0%
Falta ou dificuldade de acesso à internet	32	0,9%
Adolescente gestante ou em puerpério	31	0,9%
Dificuldade de adaptação à escola	30	0,9%
Criança ou adolescente usuária de drogas	21	0,6%
Responsável ou familiar resistente ou indiferente à matrícula/escolarização	18	0,5%

Motivos informados	Crianças e adolescentes	%
Responsável ou familiar em conflito com a escola	12	0,3%
Falta de uniforme/material escolar/merenda	11	0,3%
Falta de materiais escolares (lápiz, borracha, papel)	9	0,3%
Falta de acessibilidade e/ou mediador na escola	7	0,2%
Responsável dependente de álcool e/ou drogas	7	0,2%
Discriminação ou preconceito no ambiente escolar/ bullying (outros)	6	0,2%
Responsável com envolvimento em atividades ilícitas	6	0,2%
Criança ou adolescente em unidade de acolhimento	5	0,1%
Discriminação ou preconceito no ambiente escolar (orientação sexual)	2	0,1%
Criança ou adolescente em situação de rua	2	0,1%
Violência e/ou conflito no território	1	0,0%
Discriminação ou preconceito no ambiente escolar (racial)	1	0,0%
Discriminação ou preconceito no ambiente escolar (religião)	1	0,0%
Violência no ambiente familiar/maus tratos	1	0,0%

Notas: (i) As famílias puderam declarar mais de um motivo, com isso, a soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois é relativo à parcela de crianças que teve o motivo alegado. (ii) A tabela contém apenas os motivos que foram declarados para, no mínimo, 20 crianças ou adolescentes.

Fonte: Territórios em Rede – Serra (2023).

A exclusão escolar em Serra é influenciada por uma combinação de fatores internos e externos à rede pública de educação. Enquanto questões como falta de vaga e “desinteresse” pela escolarização podem ser abordadas com políticas educacionais, fatores externos, como pobreza e saúde, exigem uma abordagem interdisciplinar. É essencial que os setores de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento econômico trabalhem juntos para criar um ambiente propício para a educação de todas as crianças na cidade.

Em relação aos fatores internos à rede pública de Educação, destacaram-se aqueles relacionados ao ambiente escolar (46,5% dos casos, motivo relatado na história de 1.598 crianças e adolescentes), com a falta de vagas ofertadas ou falta de estímulo da escola para promoção do acesso e permanência da escolarização.

Este fator destaca deficiências no próprio sistema educacional formal. A ausência de vagas sugere problemas de capacidade e infraestrutura nas instituições escolares. O “desinteresse” dos alunos – frequentemente mencionado pelas famílias – pode ser resultado de um ambiente escolar desfavorável, métodos pedagógicos desatualizados ou um currículo que não atende às necessidades e interesses dos estudantes, reiterando a importância da escola fortalecer-se como espaço inclusivo.

Em relação aos fatores externos, a situação de pobreza e vulnerabilidade foi citada em 38,8% dos casos, equivalendo à história de 1.336 crianças e adolescentes.

Muitas vezes, famílias em situação de vulnerabilidade, sem uma devida rede de proteção social, se veem expostas e sem alternativas ao trabalho infantil – remunerado ou doméstico, vendo-o como uma necessidade imediata, em detrimento dos benefícios da educação a longo prazo. Ao mesmo tempo, a falta de recursos para itens básicos, como material escolar e transporte, pode ser uma barreira ao direito à educação.

Problemas de saúde da criança ou familiar corresponderam a 10,4% dos casos, ou 360 crianças e adolescentes, indicando como questões de saúde, tanto da criança quanto de familiares, são barreiras significativas ao acesso e à frequência escolar. A necessidade de tratamentos médicos contínuos, cuidar de um parente enfermo ou mesmo a ausência de infraestrutura de saúde adequada podem afastar o aluno da escola, reiterando a importância do diálogo e articulação intersetorial.

A ocorrência de violências físicas, territoriais ou discriminação foi mencionada em 1,16%, o que equivale a 40 crianças e adolescentes. Sabe-se que a violência e a discriminação, independentemente de sua origem, criam ambientes hostis que desencorajam a permanência ou o retorno à escola. Alunos que enfrentam tais adversidades se sentem marginalizados, muitas vezes, inseguros ou desvalorizados no ambiente escolar.

Embora seja pequena a porcentagem de famílias que não mencionaram o motivo (2,9% ou 102 crianças e adolescentes), é importante investigar e entender os motivos não declarados para abordar adequadamente a exclusão escolar.

O perfil das crianças em situação de exclusão escolar sugere haver desafios significativos relacionados à oferta de serviços educacionais e à necessidade de transporte gratuito quando há falta de vagas próximas à moradia da criança. Para prevenir e superar a exclusão escolar, é essencial que as escolas se tornem mais acolhedoras e inclusivas, oferecendo suporte adequado para crianças com desafios de saúde e socioeconômicos. Além disso, é primordial melhorar a oferta dos serviços educacionais, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua situação familiar ou econômica, tenham acesso a uma educação de qualidade.

## Casos ilustrativos

Tão importantes quanto o levantamento e sistematização de dados quantitativos, estão os relatos ou práticas de ações dos articuladores e gestores do projeto sobre suas ações, características das famílias e potencialidades e desafios do enfrentamento da exclusão escolar.



**“O projeto é muito bom, gosto muito quando há visita na minha casa. As crianças estão mais obedientes, estão fazendo as atividades escolares. Levei minha filha no psicólogo encaminhado pelo projeto e a escola já me chamou e disse que ela está diferente, não está agitada. As crianças não estão ficando mais na rua como antes, e pararam de catar sucatas para vender no ferro-velho.”**

*— Mãe de três crianças, de 11, 9 e 6 anos, atendidas pelo Territórios em Rede na Serra*

## Casos ilustrativos sobre acesso à rede pública de ensino

### Caso 1. Discriminação

Um adolescente, que estava em risco de evasão, contou à equipe do projeto que foi vítima de bullying na escola por conta de sua orientação sexual, inclusive relatando agressões físicas. Embora estudasse no período da tarde, ele já tinha 15 anos e pediu ajuda diretamente à articuladora para ingressar na Educação de Jovens e Adultos. A articuladora conseguiu as articulações necessárias para conseguir a vaga e transferência de escola. Como sua mãe estava indisponível para realizar a inscrição, a própria articuladora o acompanhou, buscou seu histórico escolar e o ajudou com o processo. A escola permitiu que ela assinasse como responsável pela matrícula. No monitoramento, o adolescente compartilhou que estava se sentindo muito melhor estudando à noite, que havia feito novas amizades e não enfrentava mais situações de preconceito.

## Caso 2. Trabalho em conjunto com a escola

Em uma ocasião, a articuladora do projeto Territórios em Rede se deparou com uma situação desafiadora: uma criança estava frequentemente ausente da escola, e após três visitas à família, a resistência em retornar à escola persistia. A escola, por meio da pedagoga, propôs que a articuladora realizasse uma nova visita, mas desta vez acompanhada da professora da criança. Embora a proposta fosse inusitada e houvesse um protocolo de atendimento a seguir, a gestão do projeto identificou um potencial nessa abordagem diferenciada. Após alinhar os detalhes com a professora e a pedagoga, a visita foi realizada. Nas visitas anteriores, a mãe da criança recebia a articuladora na rua, mas, com a presença da professora, elas foram convidadas a entrar na casa. Foi nesse momento que a articuladora descobriu que a criança tinha uma deficiência, o que explicava sua infrequência escolar. A visita conjunta demonstrou ser extremamente valiosa. A professora, já ciente da situação da família através dos relatórios, abordou a mãe com empatia, sem atribuir culpa, mas buscando compreender os desafios enfrentados. Ela levou atividades escolares, explicou cada uma delas e, no final, a mãe, sentindo-se apoiada e valorizada, enviou fotos da criança realizando as tarefas no mesmo dia. Para a articuladora, essa experiência foi enriquecedora em vários níveis: para ela, para a escola, para a professora e, principalmente, para a criança e sua família. Em meio a adversidades, a família sentiu-se acolhida, e a criança teve seu direito à educação assegurado.

Os dois casos apresentados ilustram a complexidade e a diversidade dos desafios enfrentados por crianças e adolescentes no contexto educacional, bem como a importância da intervenção e articulação das redes intersetoriais e familiares para enfrentamento desses obstáculos.

No Caso 1, observamos a vulnerabilidade de um adolescente que enfrenta discriminação no espaço escolar devido à sua orientação sexual. A intervenção da articuladora demonstra escuta sensível às escolhas do adolescente que deseja um ambiente educacional seguro e acolhedor, demonstrando a importância de uma abordagem individualizada e sensível às necessidades específicas de

cada aluno. A transferência para a EJA não resolve a questão da discriminação que precisa ser enfrentada mediante políticas públicas inclusivas e práticas pedagógicas e de gestão nas escolas comprometidas com o enfrentamento as desigualdades e as discriminações. Contudo, proporcionou uma possibilidade para este adolescente especificamente continuar sua educação em um ambiente mais acolhedor.

No Caso 2, a colaboração entre a escola e a articuladora resultou em uma abordagem integrada para lidar com a infrequência escolar. A visita conjunta da articuladora e da professora à casa da criança revelou informações cruciais que não haviam sido identificadas anteriormente. O comprometimento da professora, juntamente com a intervenção da articuladora, garantiram que a criança com deficiência, tivesse seu acesso à educação efetivado.



A realidade descrita acima reforça a importância do papel da figura de um profissional que promova essa articulação local na mediação entre as demandas das famílias e os serviços públicos. Através de sua intervenção, colaboração com outros profissionais, a articuladora pode identificar e superar barreiras significativas ao acesso à educação.

## Casos ilustrativos sobre acesso à rede de saúde e a justiça

### Caso 1. Gravidez na infância

Uma das articuladoras do projeto acompanhou o caso de uma menina que engravidou aos 11 anos e pariu o bebê. Em visitas à escola, percebeu que a gestão anterior da unidade pode ter omitido a situação do Conselho Tutelar e outros órgãos competentes devido a gravidade da situação. Ao questionar a escola sobre outras crianças infrequentes, a coordenadora mencionou, quase que inadvertidamente, “a gravidinha”. Surpresa, a articuladora buscou mais informações e descobriu que a situação não havia sido reportada à Secretaria de Educação. A profissional então decidiu visitar a menina e, ao chegar à sua casa, constatou que ela já havia dado à luz há cerca de seis meses e não havia retornado à escola desde então. Seus irmãos também estavam infrequentes e viviam com a avó. Eles disseram que, em dias de chuva, simplesmente não iam à escola. Desde então, a articuladora começou a monitorar essa família de perto. Recentemente, levou fraldas descartáveis para a jovem mãe. Ela e seus irmãos viviam com a avó, com deficiência visual, enquanto a mãe deles reside em outro bairro com um novo parceiro.

Ao perceber que a menina não estava frequentando a escola, a articuladora realizou uma nova visita e propôs uma reunião conjunta para resolver a situação. Durante a reunião com a mãe e a pedagoga, foi discutida a importância da educação e o motivo pelo qual a menina não estava frequentando as aulas. Ao investigar mais a fundo, descobrimos que a menina não havia feito o pré-natal e estava desassistida da rede de proteção social.

Foi elaborado um relatório e, após obter a assinatura da mãe, o caso foi encaminhado ao Conselho Tutelar para garantir o suporte necessário conforme previsto no ECA. Enquanto isso, o projeto seguiu apoiando a família, fornecendo fraldas e orientando a família em relação a importância da educação. Uma escola foi articulada para que a mesma pudesse seguir estudando, e que esta fosse próxima a um CMEI com reserva de vaga para o bebê. O CRAS também foi envolvido para articulação de benefícios assistenciais à mãe e ao bebê.

### **Caso 2. Articulação com outros parceiros**

R. é mãe de dois filhos, sendo um deles diagnosticado com autismo moderado. Este filho estava sem frequentar a escola devido à ausência de um laudo médico que permitisse o acompanhamento de um cuidador durante as aulas. A mãe já havia buscado apoio anteriormente, mas sem sucesso. Ao identificar a situação de infrequência escolar, a equipe do projeto realizou o cadastro da família e identificou a principal barreira que impedia o retorno do filho de R. à escola. A partir daí, a família foi encaminhada para instituições especializadas. Com esse suporte, conseguiram acesso a uma instituição que disponibilizava serviços de psicologia e neuropediatria infantil.

Com o laudo em mãos, foi possível garantir o acompanhamento de um pedagogo para o filho de R., permitindo seu retorno à escola. Atualmente, a criança recebe acompanhamento na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), frequenta regularmente a escola regular, com uma boa relação com seus colegas. A articulação com a APAE foi importante para garantir o acesso da criança a profissionais como psicólogos e neuropediatras infantis.

### **Caso 3. Articulação com a rede de saúde**

Um dos articuladores do projeto localizou uma criança com infrequência escolar em relação ao qual a escola apresentava justificativas de que teria “comportamento agressivo” e percebeu a necessidade de intervenção mais cuidadosa. A mãe da criança, por motivos relacionados à sua sobrecarga

de trabalho, havia perdido duas consultas com o psicólogo da unidade de saúde local, o que resultou na recusa da clínica em remarcar um novo atendimento. Diante dessa situação, o articulador se reuniu com a assistente social da unidade de saúde e conseguiu garantir atendimento tanto para a criança quanto para a mãe. Com o devido acompanhamento, a criança foi diagnosticada com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e, com o laudo em mãos, pôde ser rematriculada na escola.

O caso 1 ilustra a complexidade e multidimensional natureza dos desafios enfrentados por muitas crianças e adolescentes no Brasil, bem como a importância de intervenções diretas e qualificadas para abordar esses desafios.

A menina, que engravidou com idade entre 10 e 11 anos, não é apenas uma vítima de um estupro, mas também de um sistema que, em muitos aspectos, falhou em protegê-la e apoiá-la. A omissão inicial da escola em não reportar a gravidez da menina ao Conselho Tutelar e outros órgãos competentes são alarmantes. Isso pode indicar uma falha sistêmica na identificação e relato de situações de graves violações, o que pode ter consequências duradouras para o bem-estar e o futuro das crianças envolvidas. Neste caso, vários direitos foram negligenciados, como pré-natal e orientações sobre o acesso ao aborto legal.

A intervenção da articuladora foi fundamental para trazer à luz a situação da menina e iniciar um processo de apoio e reabilitação. Mediante visitas domiciliares, a articuladora não apenas identificou a gravidade da situação, mas também tomou medidas proativas para garantir que a menina e sua família recebessem o apoio necessário. A decisão de fornecer fraldas, por exemplo, pode parecer um gesto simples, mas tem implicações profundas. Isso não apenas alivia uma necessidade imediata, mas também envia uma mensagem clara de que a comunidade se preocupa e está disposta a ajudar.

A reunião conjunta organizada pela articuladora com a mãe e a pedagoga foi uma etapa fundamental para abordar a raiz do problema e garantir que a menina recebesse a educação de que precisava. Além disso, ao descobrir que a menina não havia recebido cuidados pré-natais adequados, a articuladora

tomou medidas para garantir que ela e seu bebê recebessem o suporte médico e social necessário.

Esse caso destaca a importância de ter profissionais dedicados e bem treinados, como a articuladora, no campo. Eles são muitas vezes a primeira linha de defesa para crianças e adolescentes em situações de risco e desempenham um papel fundamental na identificação, relato e resolução de tais situações.

A história do Caso 2, do filho de R., que foi inicialmente impedido de frequentar a escola por não possuir um laudo médico, destaca uma deficiência no sistema educacional ao assegurar o direito inalienável à educação. A exigência de um documento médico para confirmar a necessidade de um acompanhante na escola aponta para falhas nas políticas inclusivas. A ação do projeto, juntamente com a parceria estabelecida com a APAE, sublinha a relevância de se mobilizar recursos para assegurar os direitos dos deficientes. A obrigatoriedade de um laudo médico para acessar um direito fundamental mostra a inflexibilidade burocrática das entidades educacionais. Enquanto a burocracia pode ter sua relevância, também pode provocar obstáculos, sobretudo para os mais desprotegidos e sem acesso a canais de informação. A atuação do projeto e a colaboração com a APAE ilustram o valor das conexões e suportes que podem ser ativados em prol de uma pessoa ou coletividade.

O caso 3 destaca a estigmatização da saúde mental e como as instituições de saúde podem ser inflexíveis, mesmo diante de necessidades evidentes. A saúde mental, muitas vezes negligenciada, tem implicações diretas em outros direitos, como a educação. Nesse contexto, a intervenção do articulador foi central garantia do atendimento necessário, demonstrando a importância da ação proativa individual e coletiva. O caso reforça a ideia de que os direitos humanos estão interligados. A falta de acesso a serviços de saúde mental pode ter implicações diretas em outros direitos fundamentais, como a educação.

## Casos ilustrativos sobre acesso à rede de Assistência Social

### Caso 1. Articulações metropolitanas

Um morador local indicou ao articulador uma situação de uma menina chamada N., de 12 anos, que havia se mudado de Minas Gerais para o município de Serra. Ela estava sob os cuidados de sua tia devido a problemas de violência doméstica enfrentados por sua mãe. N. já estava há dois anos sem frequentar a escola, pois seus documentos haviam ficado em Minas Gerais, e a tia desconhecia até mesmo o nome da escola anterior da menina. Diante dessa situação, o articulador buscou auxílio junto ao Conselho Tutelar de Belo Horizonte, que forneceu o histórico escolar necessário para a matrícula de N..

Além disso, observou-se que a família, composta por vários membros, tinha primos maiores de 18 anos que ainda não haviam concluído o ensino fundamental. O articulador, então, providenciou a matrícula deles no EJA. Para ampliar o suporte à família, o articulador os encaminhou ao CRAS local. Lá, receberam assistência, foram inscritos no programa Bolsa Família e também beneficiados com cestas básicas.

### Caso 2. Documentação

Uma menina de 9 anos que, após se mudar da Bahia, ficou dois anos sem frequentar a escola devido à falta de documentação de transferência. Ao entrar em contato com a escola de origem via *WhatsApp*, a articuladora descobriu que a documentação estava pendente devido à falta da assinatura da diretora, que estava em licença. Com o auxílio do Conselho Tutelar, ela conseguiu obter os documentos necessários. Com tudo resolvido, a articuladora acompanhou a mãe da menina à escola local e efetuou a matrícula, permitindo que a criança retomasse os estudos no dia seguinte. O projeto Territórios em Rede forneceu mochila e calçado para a menina, enquanto a escola se comprometeu a entregar o material didático. Além disso, a mãe, que estava desempregada, recebeu apoio para buscar condições de acesso no mercado de trabalho.

Os casos apresentados ilustram a importância da intervenção direta e da articulação entre diferentes instituições para garantir o direito fundamental à educação. Ambos os casos envolvem crianças que, por circunstâncias diversas, encontravam-se em situação de vulnerabilidade e exclusão escolar.

No primeiro caso, a menina N. enfrentava uma dupla adversidade: a mudança devido a problemas de violência doméstica e a falta de documentação necessária para sua matrícula escolar. A intervenção do articulador não apenas garantiu que N. retornasse à escola, mas também identificou e atendeu outras necessidades da família, como a educação de primos mais velhos e o acesso a programas de assistência social. Esta abordagem integral, que vai além da simples reintegração escolar, é fundamental para abordar as raízes estruturais da exclusão e garantir um suporte sustentável para as famílias.

O segundo caso destaca a persistência necessária para superar barreiras burocráticas. A falta de uma simples assinatura poderia ter prolongado ainda mais a exclusão escolar da menina, mas a intervenção proativa da articuladora, aliada ao apoio do Conselho Tutelar, conseguiu superar esse obstáculo. Além disso, a rápida resposta em fornecer recursos materiais, como mochila e calçado, e o apoio à mãe em sua busca por emprego, mostram uma abordagem multifacetada para lidar com a exclusão escolar.

Ambos os casos destacam o papel da articulação do Territórios em Rede. A articuladora não apenas identificou os problemas, mas também mobilizou recursos, estabeleceu conexões e garantiu que as soluções fossem implementadas. Estes casos reforçam a ideia de que, para combater a exclusão escolar, é necessário um esforço coordenado que vá além das salas de aula e aborde as complexidades e desafios que as famílias em situação de vulnerabilidade enfrentam diariamente.

Importante ressaltar que a organização de mutirões e voluntários em várias instituições nas comunidades, para cesta básica e uniforme, foi uma estratégia que contribuiu no acesso das crianças fora da escola.

## Acesso ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

### Caso 1. Deslocamento forçado

Uma criança de 9 anos foi cadastrada após estar fora da escola desde 2020. A família teve que se mudar de bairro devido a conflitos familiares que resultaram na morte de seus sobrinhos em Cariacica (ES). A articuladora já conhecia a mãe da criança de interações anteriores, mas não estava ciente da situação atual da família. Por isso, passou a acompanhar o processo de tentar garantir uma vaga para a criança em um projeto social chamado “Serviço de Fortalecimento de Vínculos”, após uma assistente social identificar e indicar essa necessidade.

### Caso 2. Sem lar, sem documentos

A articuladora R. foi acionada pelo CRAS para atender uma situação delicada. Uma mãe e seus quatro filhos haviam fugido de sua cidade natal devido a episódios de violência doméstica. Por terem deixado o local às pressas e com receio de serem localizados pelo pai das crianças, a família não possuía os documentos necessários para realizar a transferência escolar dos filhos. Diante desse cenário, R. estabeleceu contato com o Conselho Tutelar da cidade de origem da família, que prontamente enviou os documentos de transferência via correio. Com os documentos em mãos, R. entregou-os à mãe e articulou com a escola local, que, compreendendo a gravidade da situação, priorizou o acesso às vagas para as crianças.

### Caso 3. Fugindo da violência

Uma mãe, grávida em estágio avançado, e seus filhos fugiram de Jardim Tropical devido a episódios de violência doméstica. Refugiaram-se na casa do filho mais velho, que, apesar de sua boa vontade, já tinha duas crianças sob sua responsabilidade e enfrentava dificuldades financeiras. A residência onde estavam era extremamente pequena, mal acomodando a mãe, o recém-nascido de 15 dias e a filha de 8 anos, que estava sem frequentar a escola. A família vivia em constante medo, pois a mãe havia sofrido

agressões severas e temia por sua vida, especialmente quando buscava apoio financeiro para o bebê por parte do pai, que se recusava a assumir suas responsabilidades. Apesar das adversidades, a mãe reconhecia a importância da educação para sua filha. Com isso, foram realizadas articulações para fornecer uniforme, tênis e material escolar, permitindo que a menina retomasse seus estudos. A mãe, por sua vez, passou a receber apoio do Auxílio Brasil e foi encaminhada ao CREAS da região.

O Caso 1 ilustra os impactos devastadores de conflitos familiares e violência na vida de uma criança. A mudança de bairro, motivada por um trágico evento familiar, resultou na interrupção da trajetória escolar da criança. A presença de uma articuladora local com a mãe da criança foi crucial para identificar a situação e buscar soluções. O trabalho em rede de encaminhamento para o Serviço de Fortalecimento de Vínculos sugere a necessidade de um suporte mais amplo, não apenas educacional, mas também emocional e social.

O caso 2 revela as complexidades das dinâmicas familiares e os desafios enfrentados pelas crianças em meio a conflitos entre os pais. A depressão da mãe, agravada por um relacionamento abusivo, e a manipulação dos filhos como ferramentas de pressão são indicativos de um ambiente doméstico tóxico. A intervenção da articuladora multidimensional foi central para garantir que a menina fosse matriculada no ano escolar adequado, considerando sua situação escolar e não apenas a burocracia.

No caso 3 a violência doméstica é novamente o ponto central da dinâmica intrafamiliar forçando a mãe e seus filhos a fugir e abandonar documentos essenciais. A colaboração, entre diferentes equipamentos, como o CRAS, o Conselho Tutelar e a escola, foi fundamental para garantir a continuidade da educação das crianças. Este caso ressalta a importância da rede de apoio e da cooperação interinstitucional para atender às necessidades das famílias em situações de crise.

Os três casos apresentados destacam os desafios enfrentados por famílias em situações de vulnerabilidade, especialmente aquelas afetadas pela violência

doméstica. Vimos o quanto a presença e intervenção de articuladores e outros profissionais foram cruciais para identificar, entender e atender às necessidades dessas famílias. A educação emerge como um direito fundamental, muitas vezes interrompido por circunstâncias adversas, mas também como uma ferramenta de transformação e acesso aos direitos sociais.

Importante destacar que o Sistema de Garantia de Direitos e Rede de Proteção Social, reconhecendo o valor do projeto, também começou a encaminhar famílias para serem atendidas. Havia um esforço contínuo para estabelecer vínculos fortes com mães e crianças. Durante as visitas, os articuladores se conectavam diretamente com os responsáveis pelos serviços, garantindo que cada caso fosse tratado pelo profissional mais adequado.

A articulação de redes de serviços e a abordagem intersetorial foram fundamentais para uma gestão pública eficiente e para a promoção de políticas públicas integradas. Essas estratégias foram especialmente relevantes quando se tratou de enfrentar problemas complexos e multidimensionais, como a exclusão escolar, a vulnerabilidade social, entre outros.



**“Se a união faz a força, nós conseguimos fazer a diferença na vida dessa menina!”.**

**— Rosana Meirelles, Agente Comunitária de Saúde na Serra**



# Formação dos agentes da rede de proteção social

Entre maio e outubro de 2022, o Territórios em Rede na Serra promoveu uma formação para agentes públicos com propósito de capacitar profissionais da prefeitura e da sociedade civil, focando na implementação de ações eficazes contra a exclusão escolar.

Com carga horária total de 60 horas, o curso foi organizado em 36h de aulas síncronas, distribuídas em encontros de 3h de duração, e 24h de atividades assíncronas, incluindo orientações para a elaboração de projetos, vídeos, dados de pesquisas e resenhas. A formação contou com a presença de palestrantes e convidados do Comitê Gestor Intersetorial que compuseram o projeto Territórios em Rede na Serra, além da realização de atividades com apoio da supervisão pedagógica.

O público-alvo do curso incluía profissionais das Secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, além dos da Secretaria Estadual de Educação, dos Conselhos Tutelares, do Poder Judiciário e de organizações sociais do território.

A formação foi organizada em seis módulos e as atividades e exercícios foram previamente pactuados durante o encontro online e por meio do grupo de *WhatsApp* destinado às trocas relativas ao curso:



Fonte: banco de imagens do projeto.

- Diretrizes do projeto Territórios em Rede: perspectiva intersectorial e territorial
- Direito à educação
- Acesso à Justiça e Cidadania
- Acesso à Saúde
- Acesso à Assistência Social
- Território e Segurança Pública

Além de fortalecer a rede proteção social de crianças e adolescentes, aprimorar as competências técnicas locais para promover ações interdisciplinares, por meio da transferência de metodologias do projeto, o curso buscou construir, de forma coletiva subsídios para o protocolo de políticas intersectoriais de enfrentamento da exclusão escolar nos municípios que estava sendo elaborado.<sup>13</sup>

---

**13** O protocolo estava sendo elaborado pela equipe central do Territórios em Rede e por representantes do poder público nos municípios de atuação do projeto.

O curso tinha três objetivos simultâneos: discutir o trabalho intersetorial, discutir casos complexos e transmitir a metodologia do Territórios em Rede para que o poder público pudesse dar continuidade ao enfrentamento da exclusão das crianças e adolescentes no município

Para isso, de forma transversal um conjunto de temáticas necessárias à compreensão dos fenômenos relacionados à exclusão escolar foram abordados, bem como acessadas discussões teóricas e ferramentas necessárias para apoiar a reinserção das crianças e adolescentes na escola. Além das apostilas digitais e impressas, todas as aulas e conteúdos mobilizados pela formação ficaram disponíveis na plataforma de registro coletivo, o *Padlet*.

Ao final do processo formativo, a turma apresentou em um seminário de encerramento um conjunto de propostas de ações intersetoriais para os territórios com foco na sustentabilidade de uma política pública de enfrentamento da exclusão escolar, a partir do desenho de fluxos de trabalho.



# Incidência política do Territórios em Rede em Serra

O projeto Territórios em Rede concentra seus esforços em uma estratégia de atuação direcionada à influência das políticas públicas de educação e proteção social para crianças e adolescentes no município. O principal objetivo dessa estratégia foi contribuir para o aprimoramento das políticas públicas existentes, priorizando a prevenção e o combate à exclusão escolar de maneira intersetorial.

Isso implicou em uma colaboração ativa com as secretarias municipais de Educação, Assistência Social, Saúde, os Conselhos Tutelares e outras entidades responsáveis pela garantia dos direitos à educação e outros direitos sociais, tanto na formação ofertada aos agentes, quanto no próprio exercício do trabalho intersectorial – com o Comitê e nas ações territoriais com as equipes.

Na Serra, o trabalho de incidência teve início junto ao início do projeto, considerando a instauração de uma rotina de articulação de acompanhamento com as secretarias. Em primeiro lugar, foram realizadas reuniões setoriais para o estabelecimento de fluxos respectivos aos potenciais de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar a partir das práticas já adotadas em seus programas. Diante dos potenciais verificados, o projeto iniciou uma dinâmica permanente de mediação entre as pastas da gestão pública, com o objetivo de promover uma ação intersetorial permanente. Assim, já no terceiro mês de projeto,

com as equipes de campo presentes nos territórios, foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor Intersetorial.

Esse fórum foi pactuado junto aos gestores públicos, com periodicidade mensal, e instaurou uma dinâmica de encontros interdisciplinares, com vistas à compreensão do fenômeno da exclusão escolar no município, por meio da aferição dos casos reais atendidos pelo projeto, das características da população identificada nesta condição e dos desafios observados na atuação da própria rede de proteção. Também é neste âmbito que ações direcionadas à produção de ações integradas e soluções mais estruturantes puderam ser organizadas.

São objetivos do Comitê Gestor Intersetorial:

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersetorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado de acompanhamento da implementação do projeto com o poder público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas com foco na proteção integral de crianças e adolescentes por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersectorial do Comitê para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersetorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar nos municípios;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede com os representantes das políticas públicas visando a implementação da política intersetorial.

Foram realizadas ao todo **24 reuniões**, uma por mês, no transcorrer de todo o projeto reunindo a Coordenação da Busca Ativa escolar e Setor de Matrícula

da Secretaria Municipal de Educação, a Gerência de Acesso e Permanência da Secretaria Estadual de Educação, a Coordenadora da Estratégia de Saúde da Família Secretaria da Municipal de Saúde, a Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, a direção da Estação Conhecimento, o Conselho Tutelar Regional IV, a presidência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, e a coordenação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Entre os principais desafios, destacaram-se o estabelecimento de uma cultura/práxis intersetorial, resistência dos agentes públicos a uma nova agenda de trabalho, definição de representantes fixos / instabilidade e rotatividade de participantes, conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa, pouca capacidade resolutiva dos participantes e a sustentabilidade da iniciativa.

E entre os principais avanços, a articulação com a Secretaria de Direitos Humanos para ampliar a participação dos Conselhos Tutelares no fluxo de enfrentamento da exclusão escolar, a articulação com a Secretaria Municipal da Mulher para a distribuição de absorventes nas escolas e para adolescentes atendidas no projeto, a articulação entre as Secretarias de Saúde e Educação para ampliar promover a vacinação dos estudantes; a adesão à Busca Ativa escolar (UNICEF/UNDIME) e acompanhamento para sua implementação; a mediação entre as secretarias de educação municipal e estadual para a pactuação da estratégia Busca Ativa escolar; a incidência sobre a necessidade de ampliação da oferta de vagas escolares em bairros específicos, contribuindo com o planejamento do poder público para abertura de novas turmas e escolas, e a ampliação do período estipulado para o recebimento de novas matrículas nas redes municipal e estadual, durante o ano letivo.

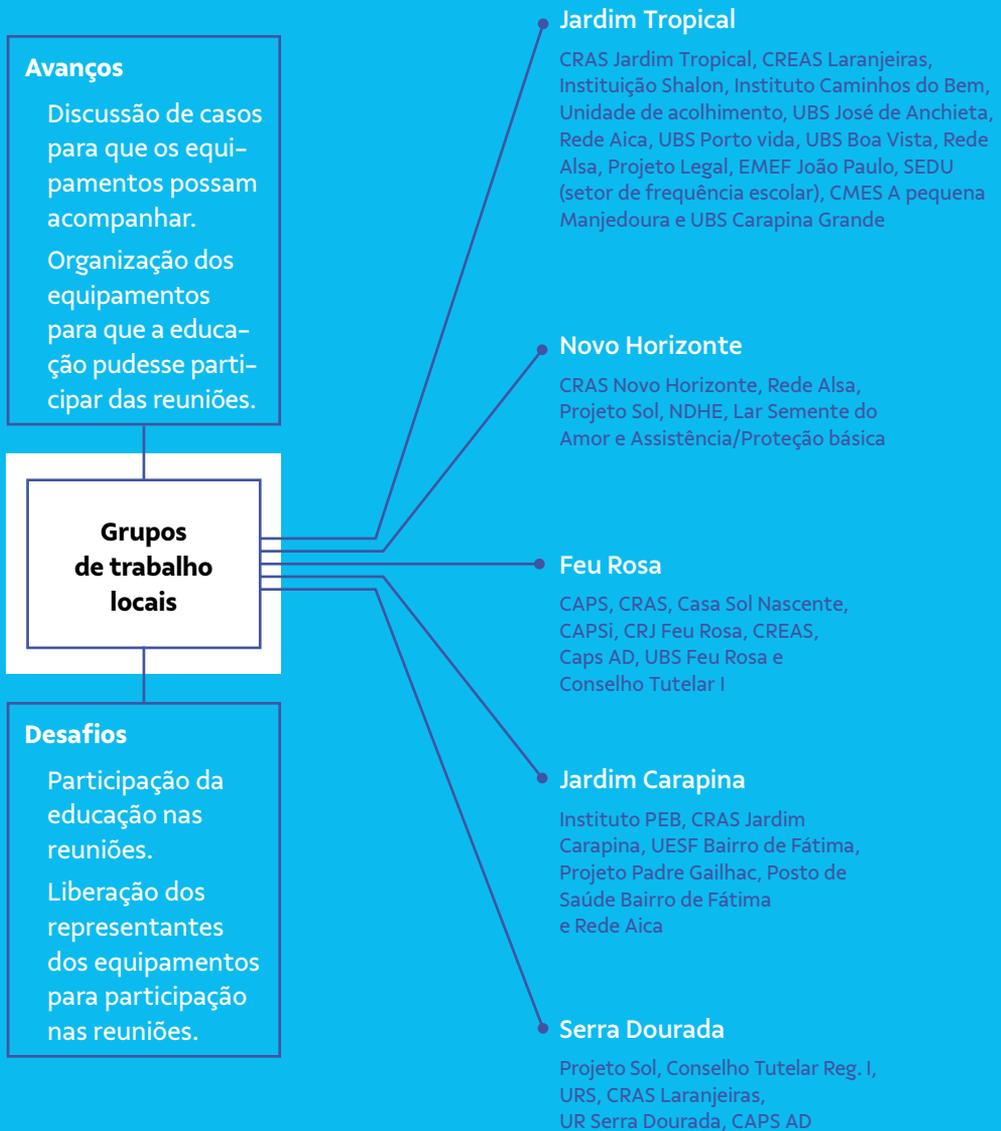
Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu os grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os conselheiros tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve

início ao final do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, com o objetivo de manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.

Para garantir a continuidade das ações, dados e informações foram sistematizados e compartilhados com os agentes públicos, o que contribuiu para uma compreensão mais profunda da situação na cidade. Essas informações foram sistematizadas em um relatório entregue aos representantes do poder público no município ao final do projeto.

Ao mesmo tempo, o projeto implementou ações emergenciais e trouxe uma tecnologia social eficaz para enfrentar o problema imediato, incentivando a colaboração entre diferentes setores. No entanto, os participantes – na própria participação das atividades da iniciativa – compreenderam que a responsabilidade de garantir esses direitos é do Estado e do poder público, que precisam dar continuidade ao trabalho.

O projeto desempenhou um papel importante no desenvolvimento de uma política pública, mas a responsabilidade primordial recai sobre o governo e, idealmente requer a aprovação de normativa que institucionalize as estratégias realizadas.





# Resultados e impactos

Apesar dos desafios, entre dezembro de 2020 e outubro de 2022, período de experiência de campo do Territórios em Rede na Serra, as ações programadas resultaram em:

- 3.436 crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, foram identificadas, sendo que 1.136 estavam fora da escola e 2.300 em risco de evasão. Destas, 3.087 foram inseridas nas escolas públicas da Serra, sendo 787 matriculadas (estavam fora da escola) e 2.300 reinseridas nas escolas (eram infrequentes, em risco de evasão);
- 12.817 visitas domiciliares e 9.916 contatos remotos;
- 12.541 acompanhamentos às crianças/famílias, para orientações e encaminhamentos necessários ao acompanhamento das famílias atendidas pelo Territórios em Rede;
- 3.437 encaminhamentos fornecidos para reinserção escolar e/ou inclusão em serviços de saúde, assistência social e organizações sociais, dentro os quais:
  - 1.811 para a Educação;
  - 710 para a Assistência Social;
  - 272 para a sociedade civil;
  - 268 para a Saúde;
  - 164 para atividades esportivas;
  - 112 para o Conselho Tutelar;
  - 34 para a Estação Conhecimento;
  - 20 para a Justiça;
  - 18 para transporte de correspondência;
  - 9 para outros serviços públicos;
  - 7 atividades de assistência ou recreativas em instituições religiosas;
  - e 12 para outras instituições.

- 135 instituições mapeadas para colaboração com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos. Dessas, 80 eram órgãos públicos ou governamentais; 49, organizações da sociedade civil; 2, organizações privadas; 2, instituições religiosas; 1, associação de moradores; e 1, outra instituição.

Entre os resultados complementares obtidos na Serra, além da inserção escolar, 364 crianças foram atendidas pelo apoio emergencial prestado pelo Territórios em Rede da Serra ou outras doações. Foram realizadas 421 doações de material escolar; 49 atendimentos em unidades de Assistência Social; 12 emissões de documentos; 9 atendimentos em unidades de Saúde; 6 inserções em atividades esportivas, culturais e/ou recreativas; 1 apoio na realização de matrícula escolar em outro município; 1 vacinação contra Covid-19; e 16 ações complementares de naturezas diversas.

Entre as 189 escolas municipais ou estaduais existentes na Serra, 176 foram apoiadas pelo projeto, ou seja, 93% do total. Entre as modalidades de apoio, estiveram a visita presencial realizada pela equipe local do Territórios em Rede; com o acompanhamento de crianças fora da escola ou em risco de evasão; com a matrícula e reinserção de crianças; e com a formação de profissionais de Educação.

Além de atuar diretamente para mediar a necessidade de vagas escolares com a oferta da rede educacional, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar e pela atuação pedagógica.

Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, imediatamente a rede escolar precisou se organizar para produzir as informações necessárias à Busca Ativa, o que incentivou o monitoramento periódico da frequência

- **Acervo**
- Para registrar os frutos do projeto, foi desenvolvido um Canal do YouTube que congrega acervo bastante completo e que serve como referência para o município e outras localidades brasileiras interessadas em implementar ações de Busca Ativa escolar:
- <https://www.youtube.com/@territoriosemrede9479>.

escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a facilitação das burocracias de matrícula, dentre as quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção sem impedimento do restabelecimento do vínculo escolar.

Após a reabertura gradual das escolas, o projeto também apoiou a reorganização da rede e a retomada das aulas presenciais. Ao apresentar para as secretarias de educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos político pedagógicos orientados ao acolhimento dos estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e para o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que desse a estas ações um caráter perene e eficaz.

Na Serra, o Territórios em Rede incidiu ainda sobre a maneira como as famílias vulnerabilizadas eram atendidas no sistema de proteção social. Os articuladores do projeto não apenas identificavam os problemas, mas também contribuíam, dentro do possível, para sua solução. Ao invés de esperar que as famílias viessem até eles, os articuladores visitavam ativamente os serviços, explicando cada caso em detalhes. Isso não só acelerava a resolução dos problemas, mas também garantia que fossem tratados de forma focada e eficaz. Antes dessa iniciativa, segundo relato dos articuladores, muitas dessas questões se arrastavam por anos.



Você conhece alguma  
criança fora da escola?  
99727-5145

# Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digna a proteger e garantir direitos precisa de uma educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao direito à educação.”

— *Natacha Costa, Diretora da Cidade Escola Aprendiz*<sup>14</sup>



Acompanhamento domiciliar



Busca Ativa escolar de porta em porta

Fonte: banco de imagens do projeto.

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e os achados encontrados ao longo dos três anos, foi sistematizado um conjunto de recomendações para a gestão pública:

<sup>14</sup> <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola/>

## Quanto ao fluxo e monitoramentos das informações

- Criação de um **sistema integrado das políticas sociais**, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com **informações atualizadas** sobre crianças e famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Criação de **protocolo rigoroso e consistente para preenchimento e coleta de dados**;
- Definição de um **fluxo permanente com responsáveis (escolas) sobre alunos(as) infrequentes**, com incentivo ao controle diário da frequência dos(as) alunos(as);
- Melhoria do **aproveitamento da informação de cadastro das crianças** que já passaram pela escola para desburocratizar seu retorno à escola;
- A **exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula é desnecessária**, uma vez que o histórico da criança fica todo no sistema de gestão acadêmica (para os casos de criança que já passou pela rede), e muitas vezes se torna um impeditivo para a sua matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre essas entidades, a fim de regulamentar os **fluxos de troca de informações** com base na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

## Quanto ao acesso à escola

- O **planejamento da oferta de vagas** nas redes municipais e estaduais deve considerar a necessidade de transporte, alimentação, turnos e também a disponibilidade de vagas para irmãos e irmãs na mesma escola;

- As secretarias de educação devem assegurar o **pleno acesso de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação à escola**, garantindo o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;
- O retorno do ensino presencial revelou a **necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos estudantes**, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a essas demandas, o **contínuo investimento em formação continuada** e acompanhamento dos profissionais da educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- **Ampliação e qualificação da divulgação de informação sobre a matrícula**, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. É importante que essas informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção se implique em orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de **parcerias e mobilização das instituições locais** (associações de moradores, igrejas, ONGS e equipamentos públicos, entre outros) para o **engajamento das comunidades** em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É fundamental que as diversas organizações, públicas e privadas, tenham elementos para identificar e encaminhar casos de crianças fora da escola. Nesse sentido, é fundamental que haja notificação ao órgão competente tal como já deve ser feito em outros casos de violações do direito da criança e do(a) adolescente (violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil etc.);
- Promoção de **campanha permanente pela causa da garantia do direito à educação**, com ampla mobilização nos territórios e na cidade por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, folders, panfletagem, carro de som etc.) de forma previamente planejada para maior eficácia dos resultados;

- Criação de **material de divulgação com linguagem acessível** para as famílias e que tragam informações úteis a respeito dos caminhos para a efetivação da matrícula, em qualquer período do ano;
- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao **atendimento legal para casos de crianças sem documentação** (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade etc.);
- Definição de **estratégias para situações que dificultam o acesso das crianças à escola**, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco, alunos(as) em situação de medida socioeducativa, entre outros.

## Quanto ao trabalho das escolas

- Utilização dos **dados e do perfil dos(as) estudantes, suas famílias e territórios** analisados em profundidade, com estudo de perfil e dados socioterritoriais, com **finalidade pedagógica e para o aprimoramento da gestão escolar**;
- Elaboração ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) incluindo formas de prevenção da exclusão dos estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma **perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e territoriais e de defesa de uma educação laica** em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de **estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de exclusão**, no que diz respeito à promoção e à permanência, pós-pandemia;
- **Monitoramento** pelos(as) professores(as) e gestores(as) **das listas de infrequência e abandono**;

- Compromisso da escola com **abandono “zero”**;
- Estímulo à **organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil** para a prevenção à exclusão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas que efetivem uma **aprendizagem equitativa, com equidade racial, territorial, de gênero e em relação a pessoas com deficiência**.

## Quanto à intersectorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersectoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para **enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica**, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou a uma **utilização mais racional dos recursos**, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as **sinergias entre as diferentes áreas**, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A **colaboração entre diferentes setores levou ao planejamento de ações inovadoras no campo do atendimento social**, como, por exemplo, o envolvimento da secretaria de mulheres em ações de enfrentamento à pobreza menstrual juntamente às secretarias de educação, saúde e assistência social. Cada setor contribuiu com sua perspectiva para buscar soluções potenciais que poderiam não ter sido evidentes de forma isolada;
- A articulação de redes de serviços, para atendimento das demandas das famílias, permitiu que os **sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos**, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar.

- A abordagem intersetorial e a articulação de redes viabilizaram que as crianças e famílias recebessem **atendimento contínuo**, mesmo quando houve mudança de demandas ou quando se deslocaram entre diferentes serviços ou setores. A **recorrência do acompanhamento** é uma estratégia necessária diante de condições de vida que apresentam desafios tão graves e complexos;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum, **amplia e fortalece o advocacy e a incidência em políticas**, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;
- A **ativação dos territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar** promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de educação, saúde, assistência social, sociedade civil, entre outros, **fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertença**;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a **troca de conhecimentos e os incentiva à melhores práticas**, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma **cultura de trabalho intersetorial** no município.

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

